



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A incorporação literária da tradição revisionista pós-moderna referente à presença muçulmana e à fundação da nacionalidade portuguesa no medievo ibérico em *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago.

RECIFE - PE

Maio / 2023

LUIZ FELIPE SANTOS DA SILVA

A incorporação literária da tradição revisionista pós-moderna referente à presença muçulmana e à fundação da nacionalidade portuguesa no medievo ibérico em *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Bruno Uchoa Borgongino

RECIFE - PE

Maio / 2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Luiz Felipe Santos da.

A incorporação literária da tradição revisionista pós-moderna referente à presença muçulmana e à fundação da nacionalidade portuguesa no medievo ibérico em História do Cerco de Lisboa, de José Saramago. / Luiz Felipe Santos da Silva. - Recife, 2023.

76p.

Orientador(a): Bruno Uchoa Borgongino

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2023.

8.

1. Medievo Ibérico. 2. História do Cerco de Lisboa. 3. José Saramago. 4. Revisionismo. 5. Pós-modernismo. I. Borgongino, Bruno Uchoa. (Orientação). II. Título.

940 CDD (22.ed.)

LUIZ FELIPE SANTOS DA SILVA

A incorporação literária da tradição revisionista pós-moderna referente à presença muçulmana e à fundação da nacionalidade portuguesa no medievo ibérico em *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em: 29/05/2023

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
BRUNO UCHOA BORGONGINO
Data: 04/10/2023 20:15:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Uchoa Borgongino

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Documento assinado digitalmente
DANIELE GALLINDO GONCALVES
Data: 04/10/2023 17:53:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)



Documento assinado digitalmente
RODRIGO PRATES DE ANDRADE
Data: 04/10/2023 01:16:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Prates de Andrade

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

DEDICATÓRIA

Em memória a toda assistência e conforto dados ao meu insensato e indisciplinado coração, este trabalho é dedicado à Kevellen Lima – como se eu dissesse *água*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de antemão, aos meus pais: Wibson Gomes da Silva e Nivia Gonçalves do Santos. Ao primeiro, por todo o aporte necessário à feitura deste Trabalho – seja por nunca me ter cobrado tempo ou recursos financeiros que deslocassem minhas energias e foco dos estudos que culminaram neste texto; seja por também nunca ter deixado que me faltasse absolutamente nada. À segunda, por ser meu consorte, meu conforto e meu refúgio; por ter devotado a mim uma vida em plena e vitoriosa maternidade, maior prova de amor dada por uma mulher; em resumo, por ser minha casa, para onde eu me recolho quando o coração assim o pede.

À minha irmã, Laura Karine Santos da Silva, pela irmandade pacífica e despreocupada, sincera e desinibida de qualquer oportunismo ou desentendimento. Sou inquestionavelmente um irmão de sorte – muita sorte.

Ao meu orientador, Bruno Uchoa Borgongino, pela paciência descomunal; pela delicadeza das correções e pela persistência numa pessoa que tanto dela, como de todas as outras daí atrás, precisou; pela providência e disponibilidade contínuas; pelos esclarecimentos e indicações.

Aos meus amigos, Isabella Tatiana, Vi Sales, Isabelly Martins, Joana Alves, Pedro Salvino, Acauanny Silva, Iasmin Francisca e Guilherme Xavier, aos quais devo, literalmente, as batidas do meu coração, posto que há muito já teriam parado os movimentos caso o auxílio de sua verdadeira e profunda amizade não viesse. Quem diz “Felipe”, diz vocês.

À minha mais que amiga, minha irmã, Kevellen Lima, pela mais duradoura e férrea amizade; pelo companheirismo que sempre viera de pronto salvar meu indisciplinado coração. Nada que eu faça está imune à influência de nossa amizade.

À minha amiga, Luana Magalhães, provavelmente a mais ferrenha presença com quem compartilhei as frustrações e desilusões inerentes a qualquer processo de amadurecimento, acadêmico ou não. Não me lembro de um único auxílio pedido que, nas suas possibilidades, não me fosse concedido de pronto. Devo-te muito.

Aos meus companheiros de classe, famigerado “Bateu a Britney”, grupo do qual não posso mais escapar, tamanha a relação criada. Como lembrar de minha graduação sem, imediatamente, evocar nossas brincadeiras e conversas? A marca está cravada; deixo estar e por que não?

À minha tia, Cristiane Francisca – Tia Cris –, por, nos primórdios do meu curso, o fundamental auxílio oferecido, do qual tirei boa parte da minha primeira subsistência acadêmica. Jamais esquecerei a atitude, jamais.

À minha prima Eduarda Torres, pelas mais vibrantes e coloridas memórias que, em momentos de angústia, me voltaram à mente e me devolveram o vigor para continuar, devagar e sempre.

Aos meus avós paternos, Moiselita Francisca da Silva e Luiz Gomes da Silva, por serem a perfeita extensão de tudo o que meus pais foram; pela sempre disponível chance de ajudar-me em tudo que me fosse necessário; por praticamente financiar a aquisição de meus livros, que possibilitaram tudo o que sou e tudo o que este trabalho se propôs e executou. Vocês iluminam a minha existência.

Aos meus avós maternos, Maria José Gonçalves dos Santos e José Mário, pelo cuidado comigo desde a mais tenra idade; pelas mais felizes memórias de infância; por me suprirem nas urgências e pelo sempre sorriso no rosto ao se dirigirem a mim, marca indelével do amor que também compartilho. Amo-os profundamente.

À minha tia Andreia, a mulher, depois de minha mãe, que mais admiro nesse mundo – exemplo de resiliência e motivo de inspiração constante; mulher nunca abatida pelas dificuldades e exímia professora no que diz respeito a manter a alegria e a vitalidade, apesar das circunstâncias. Acredite, não há outra pessoa em quem eu pense quando procuro motivos para sorrir senão a senhora.

À PROAES e a UFPE, pelo tão necessário auxílio estudantil concedido em 2019, que possibilitou definitivamente minha permanência e pleno exercício intelectual no mundo acadêmico.

Finalmente, a todos que, não citados aqui por malsão pecado do esquecimento, tiveram influência em minha longa estrada nas searas universitárias da graduação. A vocês, e também a mim, a meu esforço pessoal e a minha insaciável curiosidade latente, devo este Trabalho de Conclusão de Curso. Meu mais sincero obrigado, desde e para sempre.

...tanto sofre a verdade com a lição dela que sempre nos vão dando.

História do Cerco de Lisboa.

RESUMO

Este trabalho discute a incorporação de toda uma onda revisionista e pós-moderna sobre a história medieval pelo romance *História do Cerco de Lisboa*, do escritor português José Saramago, publicado em 1989. Através das ferramentas de análise do formalismo russo, procura destrinchar esta montagem literária do Cerco à Lisboa, perpetrado por D. Afonso Henriques em 1147. O texto começa narrando o processo histórico que culmina no evento do Cerco no século XII, movimento que a historiografia convencionou chamar *Reconquista*, e que é onde reside a gênese da nacionalidade portuguesa, amplamente explorada *à posteriori*. Depois, procura examinar os diversos discursos acerca tanto da presença muçulmana na Península Ibérica – desde 711, chamado Al Andalus –, a que o advento afonsino “expulsa”; como também os da conjuntura a que pertence Saramago e seu romance. A saber: a onda revisionista, a ascensão do pós-modernismo literário e historiográfico, e a formação política do escritor pré e pós “Revolução dos Cravos”, que marca profundamente o contexto literário português. Por fim, expõe brevemente os princípios do formalismo russo, buscando nos textos e compilações de Tzvetan Todorov tais esclarecimentos. A partir daí, o trabalho arremata com a aplicação desse percurso feito ao romance *História do Cerco de Lisboa*, procurando justificar a hipótese de incorporação supracitada e, claro, demonstrá-la, ao que conclui com breves sugestões de futuras pesquisas.

Palavras-chave: Medievalismo Ibérico; História do Cerco de Lisboa; José Saramago; Revisionismo; Pós-modernismo.

ABSTRACT

This paper discusses the incorporation of a whole revisionist and post-modern wave on medieval history by the novel *História do Cerco de Lisboa*, by the Portuguese writer José Saramago, published in 1989. Through the analysis tools of Russian formalism, it seeks to untangle this literary montage of the Siege of Lisbon, perpetrated by D. Afonso Henriques in 1147. The text begins by narrating the historical process that culminates in the event of the Siege in the 12th century, a movement that historiography has agreed to call Reconquista, and which is where the genesis of Portuguese nationality resides, extensively explored a posteriori. Afterwards, it seeks to examine the various discourses about both the Muslim presence in the Iberian Peninsula – since 711, called Al Andalus –, which the Alfonsine advent “expels”; as well as those of the conjuncture to which Saramago and his novel belong. Namely: the revisionist wave, the rise of literary and historiographical post-modernism, and the political formation of the writer before and after the “Carnation Revolution”, which profoundly marks the Portuguese literary context. Finally, it briefly exposes the principles of russ formalism, seeking in the texts and compilations of Tzvetan Todorov such clarifications. From there, the work concludes with the application of this journey made to the novel *História do Cerco de Lisboa*, seeking to justify the hypothesis of incorporation mentioned above and, of course, to demonstrate it, concluding with brief suggestions for future research.

Keywords: Medieval Iberian; *História do Cerco de Lisboa*; José Saramago; Revisionism; Postmodernism.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. O Cerco de Lisboa de 1147 nas raias da Reconquista: entrevero histórico e bibelô historiográfica.....	13
2.1 No cerco – a conjuntura até a “Reconquista” cristã em 1147.....	13
2.1.1 Afonso Henriques: coqueluche do Cerco.....	16
2.2 Ao Cerco – narrativas e tradições acerca da <i>Reconquista</i> cristã e seus artífices.....	18
2.2.1 Contestações revisionistas, pós-modernismo e José Saramago	26
3. O Cerco de Lisboa de 1989 – A atípica montagem literária de um episódio medieval.....	41
3.1 Formalismo russo: uma ferramenta de análise.....	41
3.2 História do Cerco de Lisboa: consagração da iconoclastia – relativização, desconstrução, e inversão	46
3.2.1 Depois do “como”, o “o quê”: relativização, desconstrução e inversão pela forma saramaguiana da Verdade, da nacionalidade portuguesa e dos mouros.....	53
3.2.1.1 <i>Relativização: ceticismo à Verdade histórica</i>	53
3.2.1.2 <i>Iconoclastia: a desconstrução do patriotismo português</i>	59
3.2.1.3 <i>Inversão: um barbarismo às avessas</i>	65
4. Considerações Finais.....	71
5. Referências bibliográficas.....	74

1. Introdução

História do Cerco de Lisboa é um romance escrito pelo português José de Souza Saramago (1922-2010) e publicado em 1989. Ao abordá-lo criticamente, é preciso analisar *a priori* alguns elementos-chave que estão presentes em sua narrativa e que, justamente por isso, contribuem – acreditamos – para uma abrangente gnose acerca de Al-Andalus e de seu declínio. A presença muçulmana na Península Ibérica a partir do século VIII e a *Reconquista* de Lisboa em 1147 tornaram-se a coqueluche de uma extensa tradição historiográfica que a ela retorna¹, com discursos profícuos na caricaturização desses grupos: cristãos e muçulmanos. Manifestações islamofóbicas encontraram terreno fértil na contemporaneidade² justamente por se valerem de discursos que legaram-lhes as principais ideias para tais exibições congênicas.

A *Conquista* moura em 711³ constitui, por sua vez, um dos episódios centrais do medievo ibérico e delegou um estereótipo à religião muçulmana e seus seguidores, sim. Essa imagem negativa valeu-se, sobretudo, de dois discursos distintos mas não necessariamente antagônicos, pois ambos partem de uma mesma premissa similarmente negativista: o catastrofista que se constitui na égide da *Spanie ruinas* (ruína de Espanha), presente no documento *Continuatio isidoriana hispana*, de 754 – e que cunha essencialmente o caráter violento e bárbaro do mouro; e a decimonónica nacionalista do século XIX, que, além de dar continuidade ao discurso catastrofista, somou-o com a ideia de *invasão*.⁴ Ambas se provaram profícuas, uma vez que Portugal e Espanha irão adiante, no século XX, resgatar potencialmente tal tradição negativista sob a roupagem autoritária das ditaduras salazarista e franquista, respectivamente. Contudo, na segunda metade desse mesmo século, coadunamente, uma revelia historiográfica – e literária – aos paradigmas precedentes irá constituir o cerne de uma reação revisionista.⁵ Todos esses modelos, concluímos, têm como condição *sine qua*

¹ SANJUÁN, Alejandro García. *La conquista islamica em la pensínsula ibérica e la tergiversación del pasado*. (Estudios.) Madrid: Marcial Pons, 2013. 496 p.; SALOMA, Martín F. R. *La Reconquista: uma construcción historiográfica. (siglos XVI-XIX)*. - México: UNAM, Instituto de Investigaciones históricas; Madri; Marcial Pons Histórica, 2011. 351 p. Respectivamente.

² O “atentado” às Torres Gêmeas na cidade de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001 marca um “mega acontecimento” nos termos de Cláudia Alvares e em extensa bibliografia sobre os seus significado e amplitude. O século XXI a partir daí inicia-se com uma transformação paradigmática para a concepção negativa do islamismo e sua umbilical associação ao terrorismo; e tal fato é antes um resgate de concepções muito presentes em discursos precedentes sobre Al-Andalus, igualmente negativistas. Ver: ALVARES, Cláudia. *O 11 de Setembro como mega-acontecimento: um desafio à globalização*. *Caleidoscópio*: Revista de Comunicação e Cultura, n. 5/6, 2005. p. 55-63.

³ Todos os marcos cronológicos e elementos factuais referentes ao período optado e aqui citados foram retirados de: RAMOS, Rui; SOUSA, B. V; MONTEIRO, Nuno (Orgs). *História de Portugal*. 1ª edição. Lisboa – Portugal: A Esfera dos Livros, 2009. p. 17-77.

⁴ Ambos os discursos explanados em: SANJUÁN, op. cit. p. 52.

⁵ SANJUÁN, op. cit. p. 61.

non o episódio da *Reconquista* lisboeta de 1147, fulcral para os desdobramentos muçulmanos de Al-Andalus, assim como à ascendente dinastia afonsina em Portucale frente aos interesses de Leão e Castela, cuja tradição historiográfica foi reconstruída pela assídua tese de Martín Saloma e estão presentes, creio, no romance saramaguiano de 1989: *História do Cerco de Lisboa* – a sua maneira, claro, claro.

Com isso, constitui meu argumento neste Trabalho de Conclusão de Curso a ideia de que justamente aí o romance de José Saramago instala-se, isto é, nessa virada historiográfica à revelia do nacionalismo ibérico perpetrador dos protótipos negativistas⁶ no que tange a seu medievo islâmico – sendo tal romance daí resultante. Tendo tais revisionismos coincidindo precisamente com sua formação intelectual⁷, o escritor português incorpora-os na montagem literária de um dos episódios mais demiúrgicos desta presença muçulmana: a *Reconquista* – ou seja, a tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147, auxiliado pelos cruzados saídos da Inglaterra via atlântico, e cujo entreposto lisboeta, de obrigatória parada⁸ dada sua importância contextual no XII, permitiu a participação desses no *Cerco*.

A relevância da obra de Saramago está justamente em oferecer um *modus operandi* típico que emerge solar dentro de uma tradição de reação historiográfico-literária contra a estereotipação muçulmana e um nocivo nacionalismo português (e até espanhol), embora por via literária. Uma vez que a o Cerco de Lisboa – o episódio histórico – modifica-se através de um transgressivo e infrator “não” – referente ao auxílio cruzadista a D. Afonso Henriques, agora não mais subsidiado pelas tropas rumo à Terra Santa –, Saramago lança mão de uma reconfiguração histórica⁹ que permite-o relativizar o factual – este mesmo Cerco de 1147: eis a premissa da trama. A ontogênese da reação saramaguiana materializada nesse evento medieval pode ser vista em vários pontos da narrativa. Por um lado, na inversão de papéis de barbarismo e selvageria¹⁰, agora não mais – ou apenas – no mouro, mas sim nas tropas cristãs de D. Afonso, sobretudo; por outro, no desmonte irônico e cético de figuras epicentrais desse mito fundador nacional: o próprio *Rex* Henrique, a

⁶ “[...] a historiografia decimonónica perpetuó la visión de las crónicas medievales, aunque interpretándola en clave «nacional» SANJUÁN, op. cit. p. 55.

⁷ Os aspectos biográficos do Nobel aqui referidos foram retirados de: LOPES, João Marques. *Saramago: biografia*. São Paulo: Leya, 2010. 246 p.

⁸ BORGES, Marco Oliveira. *Em torno da preparação do Cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques*. História. Revista da FLUT. Porto, IV série, vol. 3 – 2013, 123-144; GIMENEZ, José Carlos. *As representações dos Muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147)*. Revista Diálogos Mediterrânicos www.dialogosmediterraneos.com.br Número 7 – Dezembro/2014. p. 54.

⁹ MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *A idade média revis(it)ada. História(s) do Cerco de Lisboa*. IPOTESI, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 153-161, jan./jun. 2011. p. 153-161.

¹⁰ contrastando diametralmente com o paradigma barbarista fomentado pela *Continuatio* (supracitado).

exemplo. Vai mesmo ainda postular uma possível má distribuição dos espólios do Cerco e, disso, o torto nascimento da Nação portuguesa, marcada pela injustiça desde sua fundação¹¹.

Acreditamos ser um romance, antes de tudo, uma estrutura, cujo processo de decodificação exige um método prudentemente optado para tal feito. Assim, para o que aqui se pretende, a contribuição formalista russa foi, cremos, a melhor abordagem ao texto literário saramaguiano. Não se poderia analisar e por fim concluir nada sobre algo sem entender como esse algo é estruturado e soerguido de modo específico. Em resumo, *qual a forma utilizada* pelo autor para enjambrar temporalidades, documentação e discurso político acerca de 1147. Não cremos que o conteúdo subsista senão na forma, cabendo de antemão à formalística textual o primeiro debruçamento e gnose. Dessa forma, o formalismo enfaticamente explorado por Tzvetan Todorov¹² na análise literária vem de encontro ao nosso atual propósito como vai a abelha de encontro ao pólen daquela flor primaveril que desabotoa as pétalas – gracioso relicário da ciência histórica.

Dessarte, fica por demais evidente que o objetivo geral deste trabalho é veredar os meandros da história medieval ibérica por um texto que a resgata. O valor de repousar estudo sobre o romance *História do Cerco de Lisboa* reside justamente no alcance que tal intenção poderá atingir uma vez propiciada, pois contempla tanto o diálogo de gêneros típicos cada qual – historiográfico e literário –, o que contribui evidentemente à sua popularização; como elucida, ver-se-á, uma postura influente, visto que única Nobel em língua portuguesa, na disseminação de uma concepção reativa aos nacionalismos xenófobos reminiscentes ainda no século XXI¹³ – que é isto.

¹¹ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 379. Trata-se do comentário do soldado Mogueime, também presente na tomada de Santarém e na Batalha de Ourique.

¹² TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2013; TODOROV, Tzvetan (org). *Teoria da literatura textos dos formalistas russos*. São Paulo Editora UNESP, 2014.

¹³ “[...] el seguimiento fiel de la matriz historiográfica decimonónica caracterizan este discurso a comienzos del siglo XXI.” SANJUÁN, op. cit. p. 64.

2. O Cerco de Lisboa de 1147 nas raias da *Reconquista*: entrevero histórico e bibelô historiográfico

2.1 Ao cerco – percalços até a *Reconquista* cristã em 1147

A retomada lisboeta pelas tropas de D. Afonso Henriques – auxiliado pelos cruzados – no que a historiografia legou o epíteto de “Cerco de Lisboa” é, antes de tudo, um episódio dentro dum processo longínquo e nada retilíneo que convencionou-se chamar *Reconquista*. Toda a Península Ibérica vivia neste século XII os entreveros militares, políticos e religiosos condizentes com o expansionismo e ocupação muçulmanas desde, data canônica, 711, quando esses grupos transpassaram Gibraltar e triunfaram sobre a monarquia visigótica que ali declinava. Os motivos, a eles que sempre chegamos mas nunca esgotamos, são discussão ainda aberta, e deixemos estar. Todavia, atritos internos e guerras civis contribuíram para a fragilização dessa reminiscência romano-cristã em Hispânia, visto que Portugal, Portugal de fato, ainda não o era: fenômeno tardio. A incompatibilidade e o inconformismo de cristãos que não puderam incorporar o domínio muçulmano culminam num fluxo demográfico para o extremo Norte ibérico – a região das Astúrias – e constituirá, aí, o cerne de uma resistência cristã donde, a saber, fruirá o germe dessa *Reconquista* – da qual salta aos olhos a figura de Pelágio – e da demiúrgica formação portuguesa, cuja personagem afonsina e o eventual Cerco de 1147 representarão o mítico nascimento numa ótica providencialista genuinamente explorada *à posteriori*, ver-se-á. À *Reconquista*, portanto, presta-se o papel de encadeamento – não necessariamente consecutivo – de batalhas, cordatas e contratos dos quais Portucale emerge solar, mas não inocente nem absolvido, posto que humano. O providencialismo, afinal, é narrativo. É, ainda, um conceito inevitavelmente polissêmico e de valor heurístico ora esvaziado ora preenchido em prol da intencionalidade vigente na ordem do dia. Antes, porém, tentemos destrinchar esse andamento histórico culminante no *Cerco de Lisboa*. Historiemos, adstritos, o processo.

Bernardo de Vasconcelos e Souza, em obra recente sobre a *História de Portugal*, coordenada por Rui Ramos¹⁴, delineia uma silhueta satisfatória do percurso da *Reconquista*, desde a Batalha de Cavadonga (722) – que toma como início desse processo –, até a ascensão de Afonso Henriques e sua designação como *portugalensium rex*, em 1179 – muito depois do Cerco, atentemos –, pelo

¹⁴ RAMOS, Rui; SOUSA, B. V.; MONTEIRO, Nuno (Orgs). *História de Portugal*. 1ª edição. Lisboa – Portugal: A Esfera dos Livros, 2009. pp. 17-77.

papa Inocêncio II, selando assim os interesses “portugueses”¹⁵ frente aos de Castela. O fio condutor desse processo, mormente, tem rebarbas, e muitos de seus artífices constituem peça fundamental na diástole deste “coração português”.

Já na segunda metade desse século VIII, a partir do redirecionamento rumo às Astúrias, um grupo de chefes começou a autoproclamar-se descendente de Pelágio, e, com isso, atribuírem-se a alcunha de Reis. Esses, com os Afonsos II e III, passam a centralizar-se politicamente em Oviedo e, adiante, na região do Douro (século IX), “sendo um dos mais importantes marcos desse avanço a tomada e o ‘povoamento’ de Portucale, em 868, por Vimara Peres.”¹⁶ A expansão fez-se como que água em folha seca, e já no século X a entidade político-administrativa do reino de Leão extrapolava a dimensão asturiana de outrora, o que requereu uma partição da área capaz de dar conta às arraiais territoriais desaguadas desde a foz do Douro, sendo assim adotado o sistema de *condados*, presidido por *condes* delegados regiamente. É justamente desse processo que resulta o condado portugalense, donde os membros da mesma família, a partir de Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias, vão permanecer integralmente até 1071.

A força, é verdade, fez alto no pardieiro mouro.

O nortenho cristão frenteava contra o suldestino muçulmano, adiante de cada qual Deus e Alah, como quem diz: “[...] que Deus proteja a todos, que em seu serviço vamos.”¹⁷ A observação daí detrás não é gratuidade retórica, haja vista que o fator religioso seria, dir-se, a grande força centrípeta que retém e explica a *Reconquista* Ibérica – pois essa “deve ser entendida como parte integrante de um movimento geral de expansão do Ocidente cristão entre o século X e o final do século XIII.”¹⁸ Isso, entretanto, já se é contestado sob uma problematização possível: seria o episódio do Cerco uma cruzada, posto ter sido constituída, inclusive, por cruzados?¹⁹ Tal temática é peça fulcral na intenção saramaguiana de contestar iconoclasticamente a História portuguesa, relativizando os inescrutáveis desígnios providenciais dessa memória lusitana, o que mais adiante

¹⁵ As aspas aqui, e em outros momentos símiles deste trabalho, dizem respeito à dificuldade que é o uso de termos de cunho nacionalista ao nosso objeto aqui, posto que as delimitações pátrias de Portugal só serão arrematadas tardiamente (século XIX), à frente do período que aqui estamos lidando. Por facilitação retórica, usaremos tais termos para nos referir ao processo “portugues”, mormente destacados com aspas.

¹⁶ RAMOS, Rui; SOUSA, B. V; MONTEIRO, Nuno (Orgs), op. cit. p. 18.

¹⁷ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 170.

¹⁸ RAMOS, Rui; SOUSA, B. V; MONTEIRO, Nuno (Orgs), op. cit. p. 19. Grifos meus.

¹⁹ O tema é mais amplamente explanado em BRITO, Leandro Ribeiro Em nome de Deus: *A construção do inimigo através do discurso cristão cruzadístico na tomada de Lisboa em 1147* / Leandro Ribeiro Brito; Carolina Coelho Fortes, orientadora. Niterói, 2018.

arremataremos. Fiquemos por enquanto com este, e outros quantos, lacônico elo, necessário elemento de coesão.

Com Afonso VI (1065-1109), essa expansão cristã atinge Santarém e Lisboa em 1093, sucessões essas da irrefragável conquista de Toledo em 1085, dadas as fragilidades internas do governo muçulmano no período. Baqueou-se, entretanto: a ofensiva almorávida interpõe o avanço dos monarcas de Leão e Castela, uma vez que os reinos *taifas* de então – sobretudo os reis mouros de Badajoz e Granada – decidem apelar para seu auxílio²⁰. Concomitantemente, extingue-se a linhagem condal em Portucale, o que traz ao cenário o protagonismo dos chamados *infanções*. Esses, por sua vez, adquirem certa autonomia em escala regional e rompem, em certa medida, com o vínculo da delegação condal-régia que lhes dava origem, numa espécie de emancipação político-administrativa designada “revolução feudal”. A importância dos *infantes* se mostrará no desenrolar histórico no qual estamos debruçados, em breve.

A interrupção do avanço de Afonso VI – cuja derrota em Zalaca constitui momento decisivo – não poderia deixar de evocar nova mobilização cristã. Some-se a esse fator sumamente territorial, uma vez que a ascensão almorávida interpõe uma reunificação política em campo islâmico, também o impacto econômico, pois veio mesmo a interromper uma preciosa fonte de rendimento para o monarca leonês que, dessa expansão, aumentava seu horizonte de impostos chamados *páreas*, tributo ao qual as *taifas* submetidas à Leão e Castela deveriam pagar – custeando assim o avanço militar e a ordem francesa cluniacense, que exercia profunda influência nessa conjuntura e abocanhava boa parte tributária em prol de França²¹.

É justamente nesta vasta paragem de urgente reação cristã frente aos mouros que se reafirmavam outra vez em Hispânia que a Península emerge uma região profícua e convidativa à migração de cavaleiros.

À despeito de vetustas ilusões à procura dum novo augúrio, granjearam, afinal.

²⁰ O império dos Almorávidas centralizava-se em Marráquexe, Marrocos, já em meados do século XI. Berberes de intransigente e lúgubre formação militar, eram um povo que dava sumo valor ao princípio de jihad, levando a picos expansionistas a *guerra santa* contra os inimigos de sua fé. Seu papel na reunificação política peninsular de então, pela conquista das fragilizadas *taifas* em Al-Andalus, se desdobra sobretudo após a queda de Toledo em detrimento de Afonso VI (1085). Atendendo ao apelo transmediterrânico de seus irmãos de fé, imprimem ao conflito muçulmano-cristão na Península todo o seu robusto militarismo, pondo fim ao avanço cristão de Leão e Castela. Nos rumos da *Reconquista*, puseram a amarga gota do fel impedimento.

²¹ Não é objetivo deste trabalho destrinchar a influência da ordem francesa de Cluny nos entreveros da *Reconquista*, embora ela seja peça fundamental para o andamento do processo iniciado por Afonso Henriques e, por consequência, o próprio Cerco de Lisboa. Para mais informações sobre o tema, consultar especificamente: RAMOS, Rui; SOUSA, B. V.; MONTEIRO, Nuno (Orgs), op. cit. pp. 20-27. Também a umbilical relação entre Portugal e Igreja, tais como esta, será explorada no decorrer das apropriações narrativas da *Reconquista*, inclusive a saramaguiana em *História do Cerco*.

De fato, o rumo das armas não soaria menos que atrativo para jovens nobres com pouca perspectiva, sendo a carreira bélica uma refulgente brecha de ascensão social, caso vitoriosa, evidentemente. Em além Pirineus, portanto, iniciou-se um processo de entrada na Península, do qual os jovens cavaleiros Raimundo e Henrique são consequência e expressão endêmica. A esse mesmo Henrique – de Borgonha, que já íamos a esquecer de comentar – Afonso VI concede, sob indelévels nuances feudo-vassálicas, o Condado Portucalense, neste período englobando as regiões de Portucale e Coimbra, destacados da Galiza ao extremo norte, uma vez que o monarca havia concedido essa região a Raimundo, agora seu genro. Também esse mesmo Henrique de Borgonha – pudera também não dizermos isso – terá paternidade sobre um outro tal Afonso Henriques, que muito nos interessa aos Cercos: histórico e saramaguiano.

2.1.1 Afonso Henriques: coqueluche do Cerco

Componente ativo de um cenário portentoso, em que pese sua evidente *magna pars*, Afonso Henriques tinha 18 anos quando, em 1128, certos acontecimentos conjunturais importantes estavam em plena ebulição, um dédalo de caminhos. Sobretudo, em 24 de junho desse mesmo ano, quando travou-se a batalha de São Mamede nos arredores de Guimarães, e cujo conflito girava em torno dos atritos entre a força afonsina e os interesses de D. Teresa – viúva de Henrique de Borgonha, mãe de Afonso Henriques e agora esposa de um certo Fernão Peres de seu nome. Em resumo, sobre essa complexa questão sucessória e de gerência portucalense, sai vencedor Afonso Henriques, que adota o título de *princeps* e se reafirma como governante autônomo frente à Galiza, delimitando quase que definitivamente o que viria a ser a área de Portugal. Uma vez demarcado e intitulado, fixa-se em Coimbra em 1131, iniciando daí um processo de expansão ao sul do Douro e do Minho, até Mondego, o que era naquele momento zona de fronteira com os territórios sarracenos pós-Almorávidas. Esquenta-se, assim, a pólvora desse tenso pávio. O saldo talvez mais emblemático desse processo multicolor, salvo Santarém e Lisboa, jaz sotoposto à emblemática e mesmo mítica Batalha de Ourique (1139): paragens lendárias, polimórficas, sulcadas numa molduragem de contornos etéreos posto que providencial.

Pois então chegamos, com Afonso Henriques e Ourique, num elemento fundamental para este Trabalho de Conclusão de Curso: a construção do imaginário português, detidamente.²² Isso porque, o romance saramaguiano em questão se utiliza exatamente desse traço algo sociológico – mas

²² RAMOS, Rui; SOUSA, B. V; MONTEIRO, Nuno (Orgs), op. cit. pp. 31-39.

apreendido, e relativizado, literariamente – para consumir seus objetivos iconoclastas de ressignificação via ironia cética. Figuras como Afonso Henriques, dada a sua popularidade, carisma e competência militar prol cristianismo; e eventos como Ourique ou, mais ainda, Lisboa e seu Cerco, são elementos geracionais de uma quintessência portuguesa amplamente utilizada por historiografias impiamente arbitrárias – sobretudo a decimonónica do XIX, tema do próximo capítulo. A partir daí, Bernardo Vasconcelos e Souza expande e ilustra – deixemo-lo falar:

O carácter maravilhoso da vitória de Ourique e o carisma de Afonso Henriques seriam definitivamente fixados com a lenda... segundo a qual o Cristo teria aparecido ao primeiro rei português antes da batalha, inspirando o seu triunfo e a missão que lhe era confiada. O episódio de Ourique e o milagre que lhe foi associado constituíram um dos elementos centrais na construção da memória mítica sobre a origem da monarquia portuguesa e sobre a missão transcendente do seu primeiro rei.²³

Todo esse processo conjuntural que culmina em Afonso Henriques²⁴, e do qual não poderíamos aqui fugir, foi necessário para que chegássemos no Cerco propriamente, através duma laboriosa narrativa – tornando sua rapsódia qualquer coisa letárgica, *vero* – e não pôr um evento de pronto, descontextualizadamente despejado: cá estamos, então.

Congérie ruidosa, vagas humanas raivando num frêmito de nevrose, combalidíssimo, claudicando num terreno rugado de prélios desmedidos: Lisboa – é ela.

Sem dúvidas, Lisboa era a maior cidade muçulmana do extremo ocidente da Península, o que evoca um claro empecilho: o poderio militar afonsino não seria suficiente para tal empreitada.²⁵ Isso se mostra tão deflagrante que, cinco anos antes do Cerco *per se* – em 1142, portanto – Afonso Henriques tenta, e falha, conquistar a cidade: tombaram genuflexos sobre o chão, insepultos, suas tropas – *morra per ello*. Com isso, foi justamente a passagem da Segunda Cruzada rumo à Jerusalém²⁶ que integrou o exército afonsino, consumando numericamente o necessário ao Cerco.

Essa questão da aglutinação cruzadista – nada homogênea, vale a ressalva, uma vez que a sua composição e interesses eram dos mais diversos possíveis²⁷ – no que tange ao militarismo da

²³ Idem, p. 31.

²⁴ Não se trata, claro, de crermos numa teleologia. São apenas escolhas arbitrárias de eventos que explicam como chega-se ao ponto que tomamos como tema deste trabalho, e nada mais.

²⁵ RAMOS, Rui; SOUSA, B. V; MONTEIRO, Nuno (Orgs), op. cit. p. 33.

²⁶ Há lacunas sobre a questão naval que envolve essa passagem da Cruzada por Lisboa, sendo de útil leitura o já citado trabalho de BORGES, Marco Oliveira. *Em torno da preparação do Cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques*. História. Revista da FLUT. Porto, IV série, vol. 3 – 2013, 123-144.

²⁷ O principal documento que trata dessa questão interna e de várias outras é a célebre carta de um clérigo inglês de nome Osberno, cujo relato constitui hoje o mais antigo e fértil texto sobre a tomada de Lisboa. Saramago utiliza evidentemente tal narrativa na montagem literária de 1147, assim como toda historiografia que queira debruçar

investida diz respeito tanto ao fator óbvio de coesão, isto é, o inimigo comum: muçulmano o era em Jerusalém assim como em Lisboa; como também às vantagens possíveis com a vitória para os ingleses, alemães, normandos e flamengos que compunham aquela babel cruzadistas, ou seja, uma série de isenções e facilidades territoriais como a fixação de direitos vários: do reconhecimento de sua cultura originária até a isenção de taxas portuárias a navios mercantis – e hereditários todos, não esqueçamos.

Após conquistada Lisboa, em 1147, juntamente com Santarém, Sintra e Almada, a fronteira portuguesa sob a égide afonsina fixa-se na linha do Tejo, donde protagoniza um fenómeno migratório da Europa transpirenaica justamente para “povoar” a região expandida e agora de necessário “preenchimento”. A partir daí, muitos são os desdobramentos desse Portugal até Avis, percurso esse muito além do nosso recorte. Uma vez percorrido esse longo processo a que chamamos *Reconquista* – ou antes um episódio dela –, pretendemos agora sobrevoar singelamente os usos e concepções acerca desse processo no decorrer do tempo, até nosso escritor em questão. Adiante.

2.2 Sobre o Cerco – narrativas e tradições acerca da *Reconquista* cristã e seus artífices

Ora negrejada num horizonte deletério, ora reluzente como um avoengo vaso de opalina, a *Reconquista* é qualquer coisa de proteiforme. Não há cimentá-la.

Praticamente na imediatez da investida e conquista muçulmana na Península Ibérica, vê-se já despontes de narrativas atribuindo significado congênito àquela conjuntura. As mais antigas portuguesas, os *Annales Portugalenses veteres*, juntamente com o *Livro de Noa* e a *Chronica Gothorum*, soerguem um cenário cronologicamente bem definido e compartilhado entre si²⁸: o apoderamento dos sarracenos à *Espanña* e seu ignoto controle da região até o levante de Astúrias iniciado por Pelayo e coroado por Alfonso II, culminando, ao que nos interessa, em D. Afonso Henriques. Contudo, são as crônicas asturianas que firmam um dos paradigmas mais profícuos à ideia de *Reconquista*: estabelecer um vínculo inexorável entre a monarquia visigótica – e por

acerca de. Ver: OSBERNO. *A conquista de Lisboa aos mouros: Relato de um Cruzado*. Coleção: Obras Clássicas da Literatura Portuguesa Coordenação Editorial da Coleção: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas Vega, I. • edição em 2001. 205 p.

²⁸ “Una característica que comparten varios textos portugueses temprano [...] es que comienzan com la misma cronología breve de la história temprana de España.” LAY, Stephen. *Escribiendo la Reconquista: la consolidación de la memoria histórica en el Portugal del siglo XII*. *Studia Historica, Historia Medieval*, vol. 29, 2011, pp. 121-143. Universidade de Salamanca – Salamanca, España.

extensão a cultura romana e o cristianismo – e a asturiana.²⁹ Os séculos XIX e o XX renderão homenagem a esta cronologia de pedra.

É, entretanto, já no século XII, nas arraias do Cerco, que temos a afirmação e registro dum elemento fundamental: a reorganização da igreja portuguesa, com a ratificação da cultura latino-cristã, sob a égide do monastério de Santa Cruz, em Coimbra. Como já dito acima, o advento dos infantes com aspirações nobiliárquicas, juntamente com um clero ambicioso, constituiu uma cultura latino-cristã com profundo teor expansionista – do qual D. Afonso Henriques abocanha fatia generosa no sepulcro de Lisboa em 1147. A disseminação dessa ideologia coube grandiloquentemente ao monastério e sua tétrica influência³⁰, do que podemos concluir sem muitos temores parte da causa para o militarismo reinante em todo o desdobramento do Cerco. A violência, inerente à lógica secular de então, ou mesmo sempre, no seio da gênese lusitana ainda não ganhou, mormente, contornos de barbárie iconoclasta como no romance saramaguiano. Ao contrário: são, nos textos mais emblemáticos desse período e que pegam nem que refratariamente tais influências³¹, costumes culturais profundamente fincados, esculpidos como que em mármore – desenraizar-los é que não se pode. Nesse sentido, as narrativas saídas de Santa Cruz ilustram as tensões interculturais que a Península Ibérica vivia em plena investida cruzadista, articulando assim o exclusivismo latino-cristão que fundamentava uma verdadeira identidade à revelia dos inimigos da fé: “trataron de establecer un contexto utilizando el concepto de identidad regional que englobaba a todos los cristianos y excluía al resto.”³² Ganham-se contornos militares por demais evidentes, construídos à imagem de um Jeová sádico e intransigente como que sempre ressurecto sob a morte de mil Cristos afinal, com isso preenchendo heurísticamente o conceito de “Guerra Santa” e dando cabo duma tradição narrativa incandescente, majestosa como uma ruïnaria:

La guerra contra el no-cristiano em nombre de esta comunidad fue descrita no solamente como legítima em términos de autodefesa, sino también como espiritualmente benefisiosa a su manera había nacido el concepto de guerra santa.³³

²⁹ “Estos autores [cronistas] astures gozaran de un notable éxito e su cometido y la interpretacion histórica a la que dieron lugar se convirtió en una de las bases del concepto de *Reconquista*.” LAY, Stephen. op. cit. p. 124.

³⁰ “El monasterio de Santa Cruz se alzó como bastión de las costumbres sociales latino-cristianas en la región.” LAY, Stephen. op. cit. p.131.

³¹ A produção literária do monastério marcou o começo de uma nova fase dos registros acerca do período e, justamente por isso, ofereceu uma gama de narrativas - com sua ideologia secular intrínseca - sobre a reconquista portuguesa. Desde hagiografias sobre seus fundadores até, e mais especificamente, uma obra conhecida como *De Expugnatione Scalabis*, acerca do ataque de Afonso Henriques à Santarém.

³² LAY, Stephen. op. cit. p. 137.

³³ LAY, Stephen. op. cit. p. 135.

A justificativa de Urbano II no Concílio de Clermont era aliviar e mesmo absolver os pecados dos que digladiassem contra os inimigos da fé. Deixando cair seu imenso sudário nos homens prostrados à cruz e tombados em batalha, um filete de ossos amarrados a um filete de músculos, essa ideologia militar canonizava-se sob o aval duma legitimação – *Reconquista*.

Perlongam os documentos, vozeando lisboetas imprecações.

A exemplo: o já citado *De Expugnatione Lyxbonensi* constitui, sem sombra de dúvidas, mais uma narrativa cuja essência muito se remonta e cuja carga ideológica posterga à posteridade volumoso material, profícuo. Além de acentuar peremptoriamente as diferenças culturais, ideológicas e motivacionais entre cruzados e portuguesas, grupo de espantalhos heterogêneos – ponto esse aproveitado no *História do Cerco* – também atesta, enquanto testemunha próxima, a aura radiante dum cristianismo em lógica de agressiva expansão cultural.³⁴ Ratifica, portanto, o novelo já acima desenrolado. Similarmente, embora algo refratário, o manuscrito *De expugnatione Scalabis* também compõe o escopo documental referente ao Cerco, cuja titulação foi dada por Alexandre Herculano, em célebre obra: *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*.

Protraí-los sequer é permitido. Somam-se: a *Chronica de cinco reis de Portugal*, editada em 1945 pelo historiador Artur de Magalhães Basto, hoje referida ao Códice 886 da Biblioteca municipal do Porto; por meados do século XVI, a *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rey de Portugal*, autoria de Duarte Galvão; a *Crónica de Dom Affonso Henriques* (século XVII), do frei António Brandão; além, supracitada, a fibrosa produção de Alexandre Herculano, em específico: *História de Portugal: 1ª época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III* (século XIX).

De um ponto de vista mais abrangente ainda, as narrativas que se demoram em delinear a *Conquista* moura e a consequente *Reconquista* cristã dão vazão para tantas outras narrativas ideológicas, também.

Falo do discurso catastrofista.

Em obra, Alejandro García Sanjuán³⁵ monta um cenário e comenta documentação primária acerca deste embrião duma longa tradição historiográfica. Partindo da *Continuatio isidoriana hispana*, documento de autoria anônima datado aproximadamente de 754, o autor analisa o mais

³⁴ LAY, Stephen. op. cit. pp. 141-42.

³⁵ SANJUÁN, Alejandro García. *La conquista islamica em la pensínsula ibérica e la tergiversación del pasado*. (Estudios.) Madrid: Marcial Pons, 2013.

antigo discurso de teor catastrofista. Trata-se do cancro muçulmano em solo hispânico: *Spanie ruinas* (ruína de Espanha), em que Sanjuán discorre sobre essa caracterização factual aparentemente perpétua frente à face impassível da islamofobia que lhe sucederá, *à posteriori*. A *Conquista* muçulmana seria, neste caso, o libelo da deteriorização de Espanha, a gangrena de um membro hispânico convulsionando, putrefando sua substância – bastiões de antigas muralhas decrépitas, derruídas.

Dir-se-ia: inextricáveis linhas cabalísticas, as desse calvário Hispânico, como a carcaça calcinada de alguma besta profana: depauperamento por *Spanie ruinas*, em que pese.

Concebe a *Continuatio*, a partir disso, três elementos poderosos referentes a 711 em diante: a já citada ruína de Espanha; a caracterização bárbara de pura selvageria sanguinolenta dos mouros; e, ainda, o sentido providencial para o declínio da monarquia visigótica.³⁶ Esse providencialismo latente³⁷ nasce da ideia de corrupção interna do reino visigodo sob a égide de Witiza, seu penúltimo monarca, onde os mouros viriam punir, a mando do cedro de Jeová, essa excessiva arrogância goda: *prepotens jactantia*.³⁸ O discurso catastrofista de então é somado, ou antes potencializado, décadas seguintes pela ideia de “*perdición de España*”.³⁹ Aqui uma questão importante: essas crônicas asturianas, além de embalsamar uma carga ideológica ignota, reduzem os muçulmanos a um papel histórico puramente secundário: nas arraias da marcha inevitável dos acontecimentos à lá providencialismo do Crucificado, os “invasores” nada mais são que instrumento corretivo de cristãos corrompidos, a palmatória dos desígnios inescrutáveis da providência divina, a ordem daquela singrada coroa de espinhos.⁴⁰ Assim, por mais estranha que possa parecer aos olhos que aqui repousam leitura a seguinte construção sintática, é possível dizer que o que tiver de ser, já o foi, posto que já se sabe enquanto “verdade revelada”, e não falta mais que escrevê-lo: eis nosso providencialismo corretivo – a *Continuatio*.

³⁶ É interessante notar como José Saramago mostra uma postura diametralmente oposta a quase todos os pilares da ortodoxia ideológica referentes à *Reconquista*. Nesse caso, seu ateísmo militante exige de sua postura literária um anti-providencialismo histórico por excelência, como de fato o faz, aceitando a contingência *humana* como imperativo da História: “[...] todas as razões do destino são humanas, unicamente humanas [...]”; ou ainda no nosso romance em questão: “[...] mas o destino que temos é o destino que somos [...]”. A História (do Cerco de Lisboa) não tem aqui qualquer sentido providencialista, senão mundano - Deus nunca esteve tão fora da História. Respectivamente: SARAMAGO, José. *O homem duplicado*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 247; SARAMAGO, José. História do Cerco de Lisboa. op. cit. p. 105.

³⁷ As crônicas do século XVI e XVII (supracitadas), juntamente com o trabalho historiográfico de Herculano, descambam igualmente nesse teor providencialista.

³⁸ SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 46

³⁹ Idem.

⁴⁰ “[...] en cambio el papel de los conquistadores resulta secundario para los autores de las crônicas asturianas a la hora de explicar la perdición de España.” Idem.

Para o Nobel, a tutela do sobrenatural sobre a história não seria assim tão imperiosa.

Claro que, dessa forma, a noção de *perdição* implicará a de *recuperação*, num esquema tripartite excessivamente sintético – paraíso, caída e redenção⁴¹ – e a ilegitimidade de Al-Andalus frente ao deletério direito cristão coroará diversas investidas para a dita restituição – sendo o Cerco uma das.

É no século XIX – remanescente no XX –, porém, que a *Reconquista* reaparece com nova forma e cerne, *pero no mucho*.

Galvaniza-se.

Enfaticamente se predispôs Martín Saloma a delinear essa ebulição que afigurava o século XIX. Era o século do Nacionalismo e do Romantismo, que apelavam amiúde para a expressão de valores ideológicos assaz sentimentais, emotivos. Em Portugal mesmo, para ficarmos próximos das veredas literárias que nos são objeto – não objetivo, atente –, o trabalho do já citado Alexandre Herculano (1810-1877)⁴² comporta inexpugnavelmente a ideologia romântica no tocante à *Reconquista* de modo a cegar, mas de tão evidente. Curiosamente, também é o século do Positivismo, cujo prognosticado cientificismo envernizou em lustro e com legitimidade historiográfica suas cargas ideológicas, sobretudo por um processo de racionalização. Além disso, a conjuntura preparou o terreno: a consolidação do nacionalismo que cristalizou fronteiras de Estados ora em formação – como a unificação alemã e italiana – ora em reafirmação – as próprias Espanha e Portugal –⁴³, e as empresas de colonização imperialistas foram, de fato, somatórias a um projeto ideológico consciente – percebe?⁴⁴

Invasão entra em cena na caracterização.

Esta noção ganha tônico na historiografia decimonónica dando outra nuance ao outrora conceito de *Conquista*, conjurando com isso a ideia de ocupação anormal do território – *In Illo Tempore Christianus*. Ou seja, termina por evocar, no plano léxico, o ponto de vista dos vencidos, no compasso em que justifica a intenção de revertê-lo.

⁴¹ SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 49; “[...] el desarrollo del esquema invasorista que se sustentaba sobre la ‘paraísos-caídas-redenciones’”. SALOMA. op. cit. p. 210.

⁴² Trata-se da obra “Eurico, o presbítero”, de 1844. É impressionante como o autor incorpora *ipsis litteris* a tradição exposta acima: “Quem sabe se aos árabes foi confiado o castigo desta nação corrupta?” HERCULANO, Alexandre. Eurico, o presbítero. - 1 ed. - Rio de Janeiro: J. O, 2021. p. 52.

⁴³ Notar como, em todos os exemplos citados, a emergência de regimes totalitários de viés fascista se fez consumado. Tais regimes não dispensaram pífiás ideologias de nacionalismo legitimador da barbárie.

⁴⁴ SALOMA, Martín F. R. op. cit. p. 207.

Mesmo que escrachadamente anacrônico na concepção⁴⁵, esse andaime de conjecturas e ideologias projetou-se firme sobre o abismo dos séculos, “sino su persistente continuidad”.⁴⁶

Saloma destaca, e com razão, dado o estrondo que rebramiu suas teses, a obra de Modesto Lafuente (1806-1866), representando a vertente liberal. Orquestra a supracitada racionalização, esvaziando lateralmente o teor providencialista da *Reconquista*, posto que o “devenir histórico español [és] un asunto de hombres y la Historia una ciencia racional [...]”⁴⁷, desterrando quase que completamente o fator religioso no encadeamento histórico – curioso caso de secularização. Outrossim, isso não significa, não senhor, que a teleologia escafedeu-se. A condução histórica rumo à formação da nação espanhola – e portuguesa – segue presente em Lafuente.⁴⁸ Mormente a mor contribuição do historiador repousa na consolidação do termo *Reconquista* sob o claustro de claves nacionalistas à la XIX: “la importancia de Lafuente reside em que contribuyo a fidundir el uso del término reconquista e, com ello, una lectura de la historia España em claves políticas e nacionalistas.”⁴⁹ A contraposição entre civilização e barbárie, no tocante a cristãos e muçulmanos, sem embargo, é atenuada em Lafuente, o que constitui provavelmente seu mais evidente desvio da vertente mais catastrofista ortodoxa.⁵⁰

Ferrán Paixot y Ferrer (1812-1859), por sua vez, vem nessa mesma conjuntura dar nuances mais “iberísticas”. Concebe que os autênticos espanhóis, esses sim, eram os notavelmente *ibéricos* e passar bem: sua tese é indigenista. Nesse caso, a luta contra os muçulmanos não mais seria uma *Reconquista*, mas sim uma *independência* dos ibéricos, uma vez que os visigodos destituídos de territorialidade não eram outra coisa senão também outros invasores. Saloma ainda dá destaque para Antonio Cavanilles (1805-1864), autor que, embora liberal, incorpora com pouca modéstia certo conservadorismo, sobretudo na adjetivação dos árabes em sua obra, cultuadores duma religião mundana e sensual.⁵¹

A *Reconquista* como origem de uma nação, entretanto, talvez seja o mais fulcral ponto de intersecção entre a iconoclastia saramagiana em *História do Cerco* e essa historiografia do XIX, no

⁴⁵ “Para los historiadores decimónonicod, Spania o Yspania eran, en realidad, España, el mismo país en el que ellos vivían. [...] transponían, sin dificultades, su concepto de ‘nación’ [...] los historiadores decimonónicos incurrieron en un flagrante anacronismo.” SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 50

⁴⁶ SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 53.

⁴⁷ SALOMA, Martín F. R. op. cit. p. 211.

⁴⁸ SALOMA, Martín F. R. op. cit. p. 212.

⁴⁹ SALOMA, Martín F. R. op. cit. p. 220.

⁵⁰ “Al matizar este aspecto, Lafuente se desmeca de la que será una de las constantes principales de la visión catastrofista, la contraposición entre barbárie (conquistadores) e civilización (conquistados).” SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 52.

⁵¹ SALOMA, Martín F. R. op. cit. p. 228. O epíteto de “liberal conservador” é dado pelo próprio Saloma.

sentido do segundo relativizar o primeiro. O projeto de patriotismo de Eduardo Zamora y Caballero (1835-1899), no que destaca Saloma, soa mesmo o alvo do Nobel português, posto que

Todo ello [projeto patriota] era parte del processo por meio del cual se dotaba de rostro a los personajes históricos y se creaba una galería de héroes que sirviera como referente para las masas al ser representados como la encarnación de las virtudes patrióticas.⁵²

No caso português, não parece sugerir nosso D. Afonso Henriques nas circunvoluções espiraladas do Cerco em 1147 e o nascimento lusitano despojando sua ontogênese estridente e desaguando-se num lento mas caudaloso gotejar de nacionalismo? Deixemos estar.

Essa historiografia decimonónica também revitalizou, se é que havia alguma vez aquiescido, a fantasmagoria do maniqueísmo civilização-barbárie, com claros saldos de selvageria árabe na conta do estereótipo. A barbárie dos conquistadores aparece como elemento integrante nessa *Conquista* muçulmana, com direito a tons de *crueldade* – que é a violência preenchida e ajuizada por uma moral arbitrária – no labor expansionista mouro. São nas figuras de Francisco Javier Simonet⁵³ e Eduardo Saavedra que Sanjuán afirma residir a quintessência desses elementos de caracterização. Sejam simples copistas:

los ejemplos de Simonet y Saavedra permiten comprobar que asistimos a la enésima reedición de la contraposición entre civilización y barbárie [...] que encontramos ahora en la historiografía del siglo XIX como forma de caracterizar la conquista islámica de la península.⁵⁴

Todo esse cenário ideológico descrito até aqui ofereceu uma tétrica moldura de rigidez marmórea e tensão belicosa para o século XX, marcado pela ascensão de regimes totalitários cuja espinha dorsal teve esse mesmo imperativo em Portugal e Espanha: o nacionalismo.

Não vingou transpô-lo.

Alguns dos historiadores citados acima ainda atuavam no começo do século XX, sendo a ascensão incandescente de ditaduras fascistas assistida, em ambos os sentidos do verbo, por eles. Contudo, o elo é mais profundo e o escapulário, mais inquebrantável, não sendo pois uma língua morta aquela que fala com Salazar e Franco, no que se refere à Península Ibérica. Ao contrário: a anacrônica homogeneização da História Nacional pelos autores decimonónicos teria despontado

⁵² SALOMA, Martín F. R. op. cit. p. 232.

⁵³ Simonet, que era conservador, atente!: “[...] el mismo esencialismo hispánico de un historiador conservador como era Francismo Simonet.” SALOMA, Martín F. R. op. cit. p. 237.

⁵⁴ SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 54.

numa constelação de lampejos fervilhantes e grandes frutos justamente nas ditaduras do XX⁵⁵ – vivíssima, portanto. O duro labor de morte e ruína desses totalitarismos, que jaz fúnebre na História desses países, rendeu homenagem a ídolos de verbo e papel: as narrativas negativistas acerca de Al-Andalus.

Perlongaram por aqueles ermos regimes, não quedaram – diluviano aguaceiro de reminiscências.

Faz mesmo bastante sentido: a presença moura em território que viria a ser Portugal, cuja imagem vicária era, no século XII, Lisboa (supracitado), rompia com o fator de coesão eclesiástico fundamental para a narrativa de continuidade da Igreja Católica, pseudo relicário da identidade nacional.⁵⁶ Rompida essa casca da “Esposa” do Crucificado pelos seguidores de Maomé, esvaziou-se a substância que nela havia, a sombra impermeável a qualquer alteração ou dissolução, justamente por ser etérea. Tanto o é que, por isso mesmo, a própria Guerra Civil Espanhola converte-se em “cruzada” pelo apoio da Igreja Católica, agora “contra el ateísmo y el comunismo”.⁵⁷ Estamos no durante e no pós-Guerra, atente. O próprio salazarismo, assim como sua base ideológica, que deflora em 1933 e encerra-se, data canônica, em 1974, com a Revolução dos Cravos, é objeto do primeiro romance notadamente “saramaguiano”, *Levantada do Chão*, de 1980. Também se estreitam os laços entre a obra do Nobel e a tradição por ele contestada.

Ainda na segunda metade do século XX, no lusco-fusco do pós-Guerra Fria, o Islã volta a reafirmar seu lugar de barbarismo anti-ocidental que, durante uma opaca e lúgubre nuvem de fumaça, incidiu sobre a ameaça comunista da URSS. Essa ameaça comunista converte-se, após a convulsão soviética na década de noventa, em ameaça islâmica. Os valores ocidentais de civilização voltam, assim, a ser perturbados pela carne moura, agora (re)convertida em intolerância terrorista⁵⁸ – era o estandarte de Maomé e o verbo do Alcorão; tremendo foi seu estrondo, atravessando o século, agora no XXI, e colidindo com as Torres Gêmeas no dia 11 de setembro de 2001, com seus

⁵⁵ “La memoria histórica elaborada por los autores del siglo XIX, construida sobre una lectura asencialista y anacrónica de los textos medievales, generó una matriz que alcanzó su máximo apogeo durante la dictadura franquista, cuando el nacionalismo impuso su hegemonia sobre todos los planos de la vida política, social y cultural.” SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 15

⁵⁶ “El contenido principal de esa identidad nacional residía en el catolicismo basado en la continuidad de su iglesia.” SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 50.

⁵⁷ SANJUÁN, Alejandro García. Idem. Notar também aqui o choque entre opostos: ambos os adjetivos são atribuídos a Saramago pelo próprio, em diversas entrevistas e declarações públicas. Sua repulsa a Salazar e seu regime também são abertamente notórios.

⁵⁸ “El Islam pudo recuperar, entonces, la posición que había desempeñado durante mucho tiempo que el comunismo le había arrebatado [...] el islam volvió a convertirse en [...] quintaesencia del dogmatismo, la intolerancia, el fanatismo y, en última instancia, la violencia e el terrorismo.” SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 60.

precoces candidatos à vala comum, carcaças não ressurrectas dum “atentado” e como poderiam? Trata-se, evidentemente, de outro evento ideologicamente aproveitado à islamofobia, corpos que não produzem sua sombra, vitória de Pirro, etcetera e tal.

2.2.1 Contestações revisionistas, pós-modernismo e José Saramago

Antes de adentrarmos nos despontes “revisionistas” que fronteirizam com as tendências até aqui enfaticamente narradas, é necessário que ponderemos esse que é um termo presente no próprio título desse trabalho: que se entende afinal por “revisionismo histórico”?

Talvez um começo de base comum para a proposta de *revisar* o passado em tom de relativização epistemológica ou mesmo factual seja o projeto de Paul Rassinier (1906-1967), cujo polêmico trabalho de 1964 nega a existência de câmaras de gás com finalidades de extermínio, como assinalam Robson Loureiro e Sandra Fonte, em artigo esclarecedor.⁵⁹ A esse ponto, retomaremos num enlace logo mais. Por agora, podemos, desde aqui, pontuar na mesma medida que justificar nossas escolhas teóricas neste trabalho: nosso escritor em questão – José Saramago – encaixa-se no que podemos chamar de “pós-modernismo” literário, uma extrapolação do experimentalismo formal dos Modernos, cujas marcas definidoras estão na suplantação da unidade cronológica do tempo (Virginia Woolf talvez seu maior expoente, ao lado dos *Ulisses* e *Finnegans Wake*, do Joyce) e na autoconsciência narrativa, isto é, o texto ciente de seu estatuto textual e auto-reflexivo acerca desse mesmo fato – a metalinguagem elevada à forma e tema. São efervescências e rupturas Modernas do século XX, mais precisamente da primeira metade, exatamente no período de saturação realista-naturalista que subordinava a arte aos ditames cientificistas: positivismo, determinismo, nomismo.⁶⁰ Todavia, já na segunda metade, mais precisamente em 1979, e portanto nas arraias do advento literário de Saramago, desponta o grande texto pós-moderno: *Se um viajante numa noite de inverno*, do Italo Calvino (1923-1985).⁶¹ Ali, a ruptura, além de definitiva, consiste no ponto de vista narrativo algo inédito: ao invés do “eu” em

⁵⁹ FONTE, Sandra Soares Della; LOUREIRO, Robson. *Revisionismo e Pós-Moderno Indícios de um encontro inusitado*. Impulso, Piracicaba. 20(49), 85-95, jan-jun. 2010.

⁶⁰ “Daí para se inscrever no seu século [XX], submetia-se ou fazia uso das teses ‘científicas’ como ferramentas de abordagem e interpretação da realidade empírica.” Assinala Anco Márcio Tenório Vieira em texto sobre A emparedada da Rua Nova, republicado pela Cepe Editora em 2013.

⁶¹ A relação entre o experimento pós-moderno de Calvino nesse romance e Saramago pode ainda ser extrapolado pela ligação político-ideológica entre eles: ambos eram comunistas. Não se trata dum princípio basilar definidor do ser pós-moderno, evidentemente. Mas, entretanto, não me parece casual ou vã coincidência que a disposição pela heterodoxia formal e as contribuições pós-modernas de dois de seus grandes expoentes estejam numa égide política tão familiar também à ruptura estrutural - nesse caso da comunista, a ruptura com a estrutura classista.

primeira pessoa (narrador-personagem) ou o “ele” do narrador observador/onipresente, temos agora o “tu”, sendo o narrador agora aquele que evoca o leitor como o protagonista da história, num monólogo direto que constitui o próprio enredo do romance. A partir daí, as contribuições e despoentes pós-modernos são imensuráveis, e mesmo em Portugal, contemporaneamente ao nosso Nobel, temos o seu quinhão à conta: *o revisionismo histórico na ficção de Lobo Antunes*, que dá título a um trabalho já consciente dessa questão.⁶²

Antecede *Se um viajante*, entretanto, *O jogo da amarelinha*, do argentino Julio Cortázar (1914-1984). Publicado em 1968, configura uma alquebrante saturação de postulados (formas) literários algo ortodoxos, e, por isso mesmo, um momento decisivo na consolidação do romance pós-moderno. Qualquer coisa de aviltado, o texto literário é convertido em malogro pusilânime. A saber, uma auto referenciação aterradora, de tão metalinguística: “Tentar o ‘roman comique’ no sentido de que um texto consiga insinuar outros valores e colabore assim para essa antropofania que continuamos acreditando ser possível.” Adiante, mapeia os rumos dum gênero romanesco ainda por elaborar-se: “Tentar, ao contrário, um texto que não prenda o leitor mas que o torne obrigatoriamente cúmplice ao murmurar-lhe, por debaixo da trama convencional, outros rumos mais esotéricos.”⁶³ O objetivo desse projeto de radicalização literária, almejado aí atrás, é justamente o praticado em *Se um viajante*, através do ponto de vista narrativo em segunda pessoa.⁶⁴ Então? Fica tão evidente que se nos envergonha: “Método: a ironia, a autocrítica incessante, a incongruência, a imaginação a serviço de ninguém.”⁶⁵ Com vinte e seis anos de antecedência, postulava-se, numa precisão de silogismo, norteadores constituintes da obra saramaguiana.

Trata-se de pós-modernismo, vê-se; e ver-se-á no Nobel, à frente.

Logo, podemos sem muitos medos concluir uma certa ligação, mesmo que *en passant*, entre: a vertente literária – pós-moderna – de Saramago; a relação com a conjuntura literária do período, consagrada a partir de Calvino, arremate de Cortázar; a coerência interna com questões de revisionismo histórico – que seria o *História do Cerco de Lisboa* senão um exemplar dessa medida? Muito bem, muito bem.

Nem tão bem.

⁶² PINHEIRO, Vanessa Riambau; VASCONCELOS, Thamires Sousa. *O revisionismo histórico na ficção de Lobo Antunes*. [revista Desenredos - ISSN 2175-3903 - ano XII - número 33 - Teresina - PI - agosto 2020].

⁶³ CORTÁZAR, Julio. *O jogo da amarelinha*. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 369.

⁶⁴ “[...] eu me pergunto se algum dia conseguirei dar a saber que o verdadeiro e único personagem que me interessa é o leitor...” CORTÁZAR, Julio. op. cit. pp. 410-11.

⁶⁵ CORTÁZAR, Julio. op. cit. p. 369.

Pois, reiterando o início deste tópico, a incidência de tentativa revisionista, mais precisamente no campo historiográfico agora, teve sérias consequências, ao nosso ver, negativas. Seu grande libelo foi o Holocausto, foco do já citado texto de Loureiro e Fonte⁶⁶. Nele, destaca-se essa mesma década de 1970, com a divulgação das teses de Robert Faurisson, e, principalmente, a “Querela dos Historiadores”, isto é, toda a discussão acerca do revisionismo histórico sobre o nazismo, fortalecido pelo polêmico texto de Ernst Nolte, pupilo de Heidegger – notório simpatizante do nazismo alemão, atentem –, em 1986,⁶⁷ apenas três anos antes da publicação do *História do Cerco*. Não é portanto casual ou gratuito, tampouco desplugado de seu fator conjuntural, que declarações de Saramago sobre a impostura do Estado de Israel tenham sido tomadas como antissemitas⁶⁸, o que nos leva ao ponto de como o Nobel trata os muçulmanos no romance aqui analisado: se, por um lado, mostra “simpatia”⁶⁹ aos mouros de Lisboa, sobretudo se tomarmos como referência sua iconoclastia à tradição portuguesa e a inversão da barbárie agora nas tropas afonsinas; por outro, não se converte numa defesa muçulmana ou algo do gênero, absolutamente. São maniqueísmos que não cabem na concepção saramaguiana – sua própria obra, afora o *História do Cerco*, depõe contra isso.⁷⁰ Parece-nos muito mais uma solarização, um outro foco, não ortodoxo e não hegemônico.

A fraude historiográfica do negacionismo, nos termos de Sanjuán⁷¹, é igualmente denunciada como parte indelével dessa conjuntura. De modo similar, pontifica o Holocausto como a coqueluche dessa tradição, embora sua proposta seja a incidência disso nas análises acerca de Al-Aldalus, ou seja, da presença muçulmana na Península Ibérica. Dois pontos aqui: Sanjuán acrescenta o fator conspiracionista dessa tendência negativista, cujo apelo ao mistério que constitui sua coluna vertebral reveste-a de profunda adesão algo fetichista.⁷² Não é de se surpreender que tantas teorias da conspiração envolvendo, por exemplo, o 11 de setembro e o mundo islâmico como um todo, sejam negativistas, ao que pouparei-os de cansativos exemplos, visto acreditarmos ser de

⁶⁶ “[...] uma das faces das motivações políticas dos revisionistas: combater a chamada lenda do Holocausto como via para se atacar conjuntamente os judeus e o Estado de Israel.” op. cit. p. 88.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ O mesmo artigo destaca tal taxação do Nobel em questões sionistas (p. 88). Ver, também: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2603200203.htm> >.

⁶⁹ Tomo o termo “simpatia” aqui utilizado para caracterizar o tratamento saramaguiano aos mouros em seu romance. A saber, uma vez que ocorre uma inversão de estereótipos bárbaros, postos agora sobretudo nos portugueses, a figura do mouro é, afinal, preterida, num certo favoritismo em relação à sua antípoda: D. Afonso Henriques e suas tropas. “Simpatia” enquanto “disposição favorável em relação a algo ou alguém”.

⁷⁰ Não poderia ser menos maniqueísta uma declaração que dissolve os contornos de bem e mal: “[...] pois o Bem e o Mal não existem em si mesmos, cada um deles é somente a ausência do outro”. SARAMAGO, José. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. - 2. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 16.

⁷¹ “El negacionismo, un fraude historiográfico”, como intitula. SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 36.

⁷² “[...] pues existen otras manifestaciones del mismo fenómeno, de las que, sin duda, la más conicida es la relativa al Holocausto”; “Por lo demás, el negacionismo se vincula a una tradición perfectamente conicida, la de la teoría de la conspiración.” SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. pp. 36-7.

conhecimento geral e congênita tal relação. Em segundo, segue Sanjuán, o fato de o negacionismo ter adesão acadêmica, superando assim o conspiracionismo de apelo sensacionalista e ganhando tonalidades mais preocupantes, pois, teoricamente, validadas pelos critérios de cientificidade historiográficos, esses que, em tese, lhes são antípoda.⁷³ Sanjuán, outrossim, adianta o profundo desrespeito à disciplina acadêmica e científica da História aos que nessa tradição se inserem.⁷⁴

Paroxismo inexpugnável: deparamo-nos com um.

Vê-se, até aqui, que há uma relação quase de sinonímia: revisionismo tal qual negacionismo. Isso, repita-se, no que concerne à história e à historiografia, com consequentes impactos, se o tomarmos como verdade, na construção de memória, inevitavelmente. Embora o texto de Loureiro e Fonte seja marxista na concepção teórica e na corrente historiográfica⁷⁵ – o que justifica sua completa ojeriza ao pós-modernismo revisionista –, acerta, cremos, no que aqui nos interessa: a relação com o feito por Saramago e seu romance. Não no negativismo, mas no ceticismo. Por isso, ao destacar os postulados pós-modernos, elencam esse ceticismo acerca da capacidade de reconstrução historiográfica, cabendo mais a ideia de *representação* do real, do passado. Essa conclusão não é óbvia, nem tampouco suas implicações, pois, além de negar a existência *per se* da realidade, desemboca no fato de que sua única capacidade de abstração e apreensão seja *no texto* – em sentido amplo. Seria como quem conta a parábola: “– Diga-me, meu jovem, se todos os seres pensantes, subitamente, *ex abrupto*, morressem e com isso deixassem padecer sua consciência, num estado de tumba fechada, ainda haveria mundo?” Ao que responderia o pós-moderno: “– Ora, tenho pra mim que não, pois não haveria aquele que dissesse: ‘Isto aqui é o mundo’”.⁷⁶

De certo modo, uma equivalência entre narrativa e narrador, mensagem e mensageiro: “[...] não há mensagem, há mensageiros, e a mensagem é isso, assim como o amor é aquele que ama.”⁷⁷ Destituição total de qualquer matriz transcendente – leia-se platônica, cristã também – dos estados afetivos, em sentido estrito, ou mesmo de todo o resto, o mundo inteiro, em sentido amplo. A

⁷³ “[...] el negacionismo ha sido legitimado por ciertos académicos, dicha adhesión procede en todos los casos de investigadores ajenos, por su formación, trayectoria o dedicación, a los Estudios Andalusíes.” SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 38.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Além do largo uso, e fundamentação, de autores notoriamente marxistas, como Hobsbawm, e frankfurtianos, como Adorno, as críticas diretas - e algo gratuitas - ao modo de produção capitalista e aos princípios burgueses, assim como à “típica consciência pragmática estadunidense” (pp. 86-7), não me deixam outra conclusão possível.

⁷⁶ O pequeno excerto aqui utilizado é um recurso retórico, ilustrativo, de nossa própria autoria. Tais estratégias narrativas usadas na escrita historiográfica podem ser consultadas tanto em Calvino (CALVINO, Italo. Seis propostas para o próximo milênio. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 143p.) como em White (supracitado).

⁷⁷ CORTÁZAR, Julio. op. cit. p. 370.

destruição da aura mítica e providencial no que tange à nacionalidade portuguesa, a partir do Cerco, em Saramago, vincula-se inextricavelmente a essas posturas e projetos.

Vejam bem, trata-se do fato de a realidade não ter existência extra-textual; e *fala*, explicando o breve solilóquio parabólico daí detrás, com finalidades puramente ilustrativas, também é texto. É o cúmulo do ceticismo, convenhamos. Consequentemente, também se rompe com a ideia de *unidade*, sendo a quantidade de realidades logicamente consonante à quantidade de textos sobre e para ela – um painel excessivamente plural, disforme, sem invólucro.

Diluía-se em espectros intangíveis, fantasmas esturricados cujo pacto com a forma agora havia desde já se desirmanado afinal. Era um fervilhar de formas e possibilidades. Volveram à caótica desordem da posição primeva, atentando que o caos é uma ordem por decifrar.⁷⁸

História do Cerco de Lisboa aplica essa premissa ao episódio medieval de 1147, à sua maneira.

Pergunta: se a história não é a noiva e a consorte da verdade, o que ela é?

Não é também convencional pensar que os próprios trabalhos de Hayden White (1918-2018), tão influentes nos debates céticos e relativistas no que se refere aos princípios historiográficos, datem desse mesmo período? O próprio *Meta-História* é de 1973; e a compilação de textos sob o título de *Trópicos do Discurso* data de 1978, dois anos antes de *Levantado do Chão* e onze antes do *História do Cerco*. Esse último de White⁷⁹, por sua vez, muito tem a esclarecer acerca dos golpes desferidos à ortodoxia historiográfica que, parece-nos, refrata em Saramago pelo viés literário.

O terceiro capítulo do *Trópicos* é titulado provocativamente, e sua simples leitura escancara o elo – indireto, posto que não temos conhecimento de contato direto entre Saramago e White – entre as posturas: *O texto histórico como artefato literário*. Deixemo-lo falar; é sua a palavra:

Uma das marcas do bom historiador profissional é a firmeza com que ele lembra a seus leitores a natureza puramente provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto. E tampouco quer dizer que os teóricos da literatura nunca estudaram a estrutura das narrativas históricas. Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: *ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto*

⁷⁸ SARAMAGO, José, O homem Duplicado. - 2ª ed. - São Paulo; Companhia das Letras, 2017. Trata-se da epígrafe do romance.

⁷⁹ Além dos citados, White discorre mais precisamente sobre o aspecto narrativo e formal em outro texto ilustrativo de seu excessivo ceticismo pós-moderno. Ver: WHITE, Hayden. *The content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

*descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.*⁸⁰

Extensamente citado pois eximamente ilustrativo.

Com isso, percebam bem, o problema discorrido por White é exatamente o *status* da narrativa histórica. É em Northrop Frye (1912-1991) que o autor mais se sustenta no que tange às estruturas (urdiduras) de enredo, essas, por sua vez, articuladas à escrita histórica e conferindo-lhes um estatuto algo ficcional.⁸¹ Compreende que parte do efeito explicativo que as histórias conseguem atingir vale-se, sobretudo, do êxito em criar estórias de simples crônicas. A esse processo de articulação narrativo-estrutural, White chama “urdidura de enredo”; ou seja, “a codificação dos fatos contidos na crônica em forma de componentes de tipos específicos de estruturas de enredo, precisamente da maneira como Frye sugeriu ser o caso das ‘ficções’ em geral”.⁸² Igualmente, evoca a “imaginação construtiva” de Collingwood⁸³, quando se refere ao mecanismo utilizado por historiadores quando suas narrativas empacam em lacunas e imprecisões documentais, não restando outra alternativa senão o apelo ao *modus operandi* imaginativo – tálamo, esse, da ficção. Dessa forma, sutura, num sagaz enlace, sua tese: a congérie de fatos não passa para o plano da escrita-narrativa histórica – e que conclama uma coerência interna ao estatuto narrativo mas que afinal não corresponde à lacunar matéria-prima histórica – senão apelando às ferramentas ficcionais.

Mais precisamente à natimorta estigma da história, no texto *O fardo da História*, White se prolonga nesse que chama de seu malsão fardo: a História estaria naquele limbo em que, não encaixada integralmente em nenhum *status* propriamente – nem científico nem artístico, pois –, sua credibilidade compromete-se, por seu caráter difuso. Não ingenuamente romances modernos satirizam ou simplesmente denunciam a frustração na figura do historiador: *A náusea*, de Sartre, dá seu quinhão mais evidente e explícito, creio eu, mas White ainda destaca Gide, Huxley, Camus, Proust, Kafka e os já citados aqui Woolf e Joyce.⁸⁴ Inclusive, o próprio Saramago pode ser posto

⁸⁰ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. -2. ed. 1 reimp. - São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 98. Grifos meus.

⁸¹ Também é sintomático: Frye é quase dogmático ao cravar na imaginação o espaço de feitura e da experiência humana: “Ela [a imaginação] é o poder de construir modelos possíveis da experiência humana. [...] A ciência parte do mundo onde temos de viver, aceitando seus fatos e tentando explicar suas leis. A partir daí, ela move-se em direção à imaginação: torna-se um constructo mental, o modelo de uma maneira possível de interpretar a experiência.” FRYE, Northrop. *A imaginação educada*. - Campinas, SP; Vide Editorial, 2017. pp. 18-9.

⁸² WHITE, Hayden. op. cit. p. 100.

⁸³ Idem.

⁸⁴ WHITE, Hayden. op. cit. p. 43. Ainda: “A hostilidade do escritor moderno à história se evidencia de modo mais claro na prática de usar o historiador para representar no romance e no teatro o exemplo extremo de sensibilidade reprimida.”

nessa tradição, o que mais uma vez fundamenta nosso argumento: no romance *O homem duplicado* (2002), já referenciado aqui, Tertuliano Máximo Afonso é um professor de história acometido de tamanha angústia que o deixa à beira dum estado patológico de depressão.⁸⁵ Não temos temor em concluir daí um elo não causal mas temático: a sensibilidade cara à arte mas não compartilhada pela História culmina, em seus douts, numa frustração quase vocacional: “[...] mas a doce História, a séria e educativa cadeira de História para cujo ensino o chamaram e que poderia ser seu embalador refúgio, vê-a ele desde há muito tempo como uma fadiga sem sentido e um começo sem fim.”⁸⁶ Em síntese, o historiador sofreria de um golpe desferido por seus dois *status* compartilhados e que justamente por isso lhe difundem o mérito e o rigor: dum lado, escritores modernos, com modernas concepções de arte (que falar, então, dos já pontuados pós-modernos!), o criticam por assumir anacronicamente um modelo artístico datado e superado – além de lho taxar a insensibilidade; doutro, também, cientistas, que o acusam de falha metodológica e impossibilidade de enquadramento via cientificismo ortodoxo.⁸⁷

Veremos, na segunda parte deste trabalho, o quanto esta discussão acerca dos dilemas e limitações da História ecoa no saldo final de *História do Cerco de Lisboa*.

Passando, *pari passu*, para um outro novelo dessa conjuntura: podemos chamar de “revisionistas”, nesse sentido, as contribuições, datadas desse mesmo período, de Edward Said (1935-2003)? É uma pergunta contundente mas que este trabalho não se propõe a discorrer nem tampouco responder, posto que fim não mais haveria se fôssemos nesses caminhos e até mais ver. Tomamos as teses e proposições do Said simplesmente como um olhar outro, uma *revisão*, no sentido estrito e denotativo do termo, portanto, da projeção ocidental ao Oriente e, conseqüentemente, aos estereótipos propagados por aqueles. Sua afronta, e nesse sentido nos sentimos tentados a aproximá-la da iconoclastia saramaguiana, está no soerguimento dum

⁸⁵ “[...] Na verdade, Tertuliano Máximo Afonso [...] rendeu-se à temporal fraqueza de ânimo ordinariamente conhecida por depressão.” SARAMAGO, José, *O homem Duplicado*. - 2ª ed. - São Paulo; Companhia das Letras, 2017. p. 9.

⁸⁶ Idem, op. cit. p. 10. Acredito que a presença desse fator em *História do cerco* é secundário, em comparação ao romance citado anteriormente. Por isso a escolha do exemplo. Ademais, pontualmente retomarei essa questão no terceiro capítulo deste trabalho.

⁸⁷ O assunto é extenso, e não cabe a este trabalho um debruçamento assaz profundo sobre White, visto que as suas ideias nos servem apenas para ilustrar um esforço contemporâneo ao de Saramago frente a um mesmo assunto: a relativização do status histórico de sua narrativa. Deixo, mormente, esse trecho com finalidades explicativas (e provocativas), mas reduzidas a uma nota de rodapé, por razões de síntese: trata-se da reivindicação de seu lugar na arte e na ciência - falo da história - ser antiquado, articulando seus imperativos categóricos em modelos fossilizados de cada qual: “Em suma, quando os historiadores asseveram que a história é uma combinação de ciência e arte, em geral estão querendo dizer que ela é uma combinação da ciência social do fim do século XIX e da arte de meados do século XIX.” Da mesma forma, é anacrônica e ingênua sua noção de objetividade acerca da estrutura cronológica para suas reivindicações narrativas. WHITE, Hayden. op. cit. p. 56.

arcabouço conceitual preciso – o *Orientalismo*, portanto⁸⁸ –, e seu discorrimento e esclarecimento heurístico; além, e talvez sobretudo, da extensão dessa empreitada nas expressões literárias que serviram de aporte na propagação orientalista pelo Ocidente: sua tese em *Cultura e Imperialismo*.⁸⁹

Esclareçamos: abrimos este trabalho com a ideia de “barbarismo mouro” na mais plena antípoda da civilização – encarnada, no Cerco, por Afonso Henriques e o cristianismo identitário. Os lugares são claros: Oriente e Ocidente, cada qual e respectivamente. Se, como tão enfaticamente pontuado mas ainda não demonstrado, sabemos, uma resposta a isso constitui o *História no Cerco de Lisboa*, na mesma direção responsiva está *Orientalismo*, embora infinitamente mais explícito. Dessa forma, Said trata desses “lugares” – Ocidente e Oriente – como categorias ontológicas nada estáveis, posto que polissêmicas e mutáveis, que se constituem no contraste: “[...] nem o termo ‘Oriente’ nem o conceito ‘Ocidente’ têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos de esforço humano - parte afirmação, parte identificação do Outro.”⁹⁰ Tudo passível de emancipação e mudança. É bastante sintomático, assim, que ele atribua uma raiz comum tanto ao orientalismo como ao antissemitismo.⁹¹

Se tão enfaticamente postula Said que a identidade europeia se consolida no contraste com o que não é europeu, nesse caso o *Outro* oriental onde esse Ocidente mira impassível um olho sem pálpebras, podemos concluir que tentativas de desconstrução na contramão dessa premissa são, na mesma medida, um desmonte de identidade.⁹² Claro, não se trata de “abastardar” o Europeu, mas sim, primeiro, demonstrar as bases ideológicas em que sua concepção de si está sustentada para, segundo, lançar mão duma ideia de identidade divorciada de seus equívocos, estereótipos, exclusivismos e falsa superioridade imperialista.⁹³

⁸⁸ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

⁸⁹ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

⁹⁰ SAID, Edward. 2007, op. cit., p. 13. As citações do famoso prefácio são de 2003. Porém, mais precisamente: “As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra.” (p. 31)

⁹¹ Idem, p. 20.

⁹² Pertinente nesse quesito são as próprias declarações de Saramago no tocante a essa “identidade europeia”. No *Roda Viva* de 1992, fala grandiloquentemente sobre a “europeização de Portugal”, chegando ao extremo de vociferar: “Porque a Europa não existe. O europeu não tem sentido”. Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=2tcmIDH19e0&t=1116s>> 18min2s. O romance que precede *História do Cerco - A jangada de pedra* - gira todo em torno desse debate: uma vez desprendida a Península Ibérica do continente europeu, convertida agora (?) numa jangada errante pelo atlântico e estruturalmente separada desse, o que ainda a faz europeia? Fica por demais evidente, e às costas do *História do Cerco*, o interesse vivo do Nobel por essa questão, não surpreendendo nada que a relativização da identidade portuguesa pelo desmonte de figuras míticas como D. Afonso Henriques ocorra apenas três anos depois de *A jangada*.

⁹³ “O orientalismo nunca está muito longe do que Denys Hay chama de ‘a ideia de Europa’ [...] e pode-se argumentar que o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus.” SAID, Edward. 2007, op. cit., p. 34.

O *Orientalismo* exigindo seu direito de tornar-se histórico, portanto.

Com isso, quando Said conclama uma autêntica postura intelectual àqueles que compreendem a limitação e o dano de modelos orientalistas, parece estar falando com nosso Nobel:

Assim sendo, considero uma necessidade vital que os intelectuais independentes apresentem sempre modelos alternativos aos modelos redutivamente simplificadores e aos modelos restritos e baseados na hostilidade mútua que há tanto tempo prevalecem no Oriente Médio e em outras partes do mundo.⁹⁴

Pergunta: seria *História do Cerco de Lisboa* uma dessas alternativas?

Se *Orientalismo* precede, em data, *História do Cerco, Cultura e Imperialismo* sucede, em quatro anos – número canônico: 1993, publicação. Aqui, Said vai na medula da ferramenta usada pelo Nobel: a Literatura, mais precisamente, a narrativa.⁹⁵ Dispõe-se a verificar e comprovar, por argumentação sólida e literatura comparada, como o Imperialismo vai singrando a história de modo a ratificar formas de imposição, estereótipos e falsas dicotomias – um leopardo heráldico que atravessa sutilmente modelos orientalistas, letárgico mas contínuo. O fato de dar tanta importância à narrativa, como um *medium* pelo qual a cultura encontra manifestação lata e nacional – “[...] as próprias nações são narrativas”⁹⁶ –, assim como um terreno de conflito, parece-nos notadamente um elemento caro ao contexto que expusemos até aqui, ou seja, de suma importância textual em detrimento duma realidade *per se* – não por acaso, pontuamos anteriormente a viva discussão do *status* da narrativa histórica por White, balizada por Frye. São nossos elementos de coesão neste trabalho, que é isto. Nessa vereda, Said destaca tanto os romances mais escrachadamente explícitos, como *Robison Crusoe*, do Defoe; quanto os mais “velados” – talvez inconscientes ou indiretos seja melhor⁹⁷ – expressões de Dickens, em *Grandes Esperanças*; Conrad, em *Coração das trevas* e *Nostromo*; Jane Austen, em *Mansfield Park*; etc.⁹⁸

Esse cenário, porém, não é uma sentença, mas sim uma certa existência já desvanecida – *corpus debile* imperialismo –, pois Said sinaliza para uma certa abertura narrativa vista nos últimos anos, ao que, já vamos nós mais uma vez, alocamos *História do Cerco*: “Pela primeira vez, a história e a cultura do imperialismo podem agora ser estudadas de maneira não monolítica,

⁹⁴ SAID, Edward. 2007, op. cit., p. 20. Grifos meus.

⁹⁵ “[...] sendo minha tese básica a de que as histórias [narrativas] estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles.” SAID, Edward. 2011. op. cit. p. 11.

⁹⁶ SAID, Edward. 2011. op. cit. p. 11.

⁹⁷ Adiante, desdobraremos esse fator, em Ginzburg: “Testemunho involuntário” - dadas as devidas proporções.

⁹⁸ É evidente que o autor centraliza nas narrativas do século XIX, mas chega também no XX, com a análise de “Camus e a experiência colonial francesa”, título de um tópico do segundo capítulo.

descompartimentalizada, sem separações ou distinções reducionistas.”⁹⁹ Podemos então ultrapassar as estepes da suposição e cravar *incontinenti*: *História do Cerco de Lisboa*, seu medieval enredo de 1147, adeja justamente aí sua crisálida imagem, mistura de sublimação e rendição à conjuntura que lhe submete ao indômito e férreo espírito de seu tempo, seu malsão invólucro, sua ânfora de Halicarnasso. Tomba numa envergadura de gladiador à conjuntura, impávido como uma grande colunata: *Zeitgeist* – assenhora-se de seu tempo.

É seu direito, aliás.

A de Portugal – falo da conjuntura – é outro fator que contribui para a nossa ideia. Seis anos antes da publicação do primeiro romance notoriamente saramaguiano – *Levantado do Chão*, em 1980 – A Revolução dos Cravos derrubou o estado de autoritarismo português e, para fins políticos explícitos, ao menos, também a política colonialista que o sustentava. Esse entrevero teve consequências diretas na literatura feita até então, com interferências nas tentativas de reelaboração nacional anti-hegemônicas, algo pluralistas mesmo, e na consciência memorial e mítica portuguesas, uma vez havendo “[o] redirecionamento da ficção portuguesa pós-74, as quais dedicaram-se a desconstrução de discursos hegemônicos, evidenciando o papel controvertido da história e da memória na construção mítico imagética do Império Lusitano”.¹⁰⁰ Embora nosso escritor vá, anos depois, desiludir-se sobre o 25 de abril, sua marca nem por isso se desfaz no tempo,¹⁰¹ – sobretudo, no colapso da referencialidade portuguesa na reconfiguração de sua nacionalidade. A culminância disso nas tentativas de reconstrução são inevitáveis, e tal foi: “a necessidade de refazimento histórico [...] exigiu que escritores portugueses visitassem a história nacional [...] dando início a um movimento estético-literário de questionamento e reconstrução de símbolos nacionais.”¹⁰²

Os efeitos se estendem a perder de vista.

⁹⁹ SAID, Edward. 2011. op. cit. p. 22. Reforço o elo com o ponto do não maniqueísmo em Saramago (ver nota 64), assim como o não monolitismo, sendo o próprio termo “polifônico”, sua antípoda dialógica, usado no romance *História do Cerco* (p. 22).

¹⁰⁰ PINHEIRO, Vanessa Riambau; VASCONCELOS, Thamires Sousa. op. cit. p. 113.

¹⁰¹ “Não estou com saudosismo da Revolução [dos Cravos] [...]. Sentir-me-ia um irresponsável celebrando qualquer coisa de que não posso ver nenhum sinal, porque tudo o que o 25 de abril me trouxe desapareceu [...]. João Céu e Silva, Uma longa viagem com José Saramago, Porto, Porto Editor, 2009. In: SARAMAGO, José. *As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas* / Fernando Gómez Aguilera (sel. e org.). - São Paulo Companhia das Letras, 2010. p. 107.

¹⁰² PINHEIRO, Vanessa Riambau; VASCONCELOS, Thamires Sousa. op. cit. p. 114.

Ora, se o “eu” lusitano, tão bem delineado sob a égide patriótica – também tão criticada por Saramago, fora mesmo de suas obras¹⁰³ –, com seus hinos nacionais postos em circulação desde 1936 e seus protocolos de conduta e linguagem a serviço dum ideário patriota, sofre um golpe no 25 de abril, o que resta senão um *corpus* nacional algo difuso, matéria amorfa preservada apenas em silhueta mas vazio de substância. Um simulacro, diga-se logo. Essa convulsão da imagem lusitana pós-Revolução abre margem justamente para a ascensão da subjetividade no plano narrativo, consequência intrínseca. Em resumo: sai de cena a “Nação”, aquele Quinto Império Português, e entra agora uma narrativa “marginal”, no sentido de verbalizar sujeitos periféricos de uma abstração nacional, que engole e regurgita a individualidade ao preço dum coletivismo pernicioso e autocrático – eis o fascismo salazarista, anterior.¹⁰⁴ Mas a ideia não é nossa, melhor passar a palavra:

Desse modo, observamos que o novo romance histórico advindo com o pós-modernismo, conforme defende Linda Hutcheon (1991) não é anistórico, muito menos desistoricizado, mas sim um novo olhar sobre o passado, um olhar crítico e inquieto ante ao que fora apresentado com tons de pureza de verdade histórica. Essa escuta de múltiplas vozes atua como elemento subversivo da história oficial através da própria história, posto que questiona pressupostos e verdades estabelecidas. Assim, possui como cerne a problematização do processo de (des) construção historiográfica e de criação literária, questionando o que há de ficcional nos textos históricos e de real nos textos ficcionais.”¹⁰⁵

O excerto acima é mesmo de um esplendor branco de clarividência com tudo o que foi analisado até aqui sobre Saramago, seu romance e a conjuntura em questão, não nos restando nada senão passar adiante e não insultar a inteligência daqueles que aqui executam fiel leitura – não vos subestimaremos.

Mas alto lá! O trecho põe a categoria de “romance histórico”. Paremos aqui um pouco mais, pois é exatamente na década de 1980 que ressurge iniludível essa forma romanesca, mas já outra. Trata-se da publicação de *O nome da rosa*, nesse mesmo e exato ano.

De fato, podemos atribuir a Umberto Eco (1932-2016) a peça definitiva do ressurgimento desse gênero, mas de modo bastante específico – e, vale a observação, localizado precisamente na história medieval, posto que *O nome da rosa* desdobra-se numa abadia beneditina em plena Itália de

¹⁰³ Como em 1998: “Tudo isso nos é apresentado por uma lição autoritária de História que nos impõe uma espécie de idealização da pátria; e, de fato, isso eu perdi”, ratificado dez anos depois, em 2008: “No entanto, a pátria é uma abstração, não representou para mim, nem agora nem nunca, vestida sei lá como, dizendo ‘eu sou a pátria’.” SARAMAGO, José. *As palavras*. op. cit. pp. 102, 105.

¹⁰⁴ Sanjuán, inclusive, guarda um tópico de seu livro para a discussão de Ignacio Olague e sua passagem para a História Nacional espanhola, com simpatias explícitas ao fascismo franquista. SANJUÁN, Alejandro García. op. cit. p. 39.

¹⁰⁵ PINHEIRO, Vanessa Riambau; VASCONCELOS, Thamires Sousa. op. cit. p. 115.

1327. É curioso que nesta mesma seara histórica medieval – agora geograficamente descolada da Península Itálica para a Ibérica – tenha também Saramago dado seu quinhão à conta do gênero romanesco histórico, mas pós-moderno. Aliás, essa revisitação à lá pós-modernidade à Idade Média foi definitiva, realmente, em Eco, que quatro anos depois, em 1984, publica o *Pós-escrito a O nome da rosa* e sinaliza as tendências pós-modernas do romance histórico – superação do moderno através da tônica irônica elevada à enésima potência, com perdões à hipérbole. Mas o próprio Eco vem me corrigir: “Ironia, jogo metalinguístico, enunciação levada ao quadrado.”¹⁰⁶ – eis o triunvirato do pós-moderno romance histórico, na incandescente extensão dessa conjuntura aqui exposta. É por isso que “a resposta pós-moderna ao moderno consiste em reconhecer que o passado, não podendo ser destruído, pois sua destruição leva ao silêncio, precisa ser revisitado: com ironia, de modo não inocente.”¹⁰⁷ Ironia é, ver-se-á, apesar de já o termos elencado aqui, elemento presente por excelência na obra de Saramago. Reitere-se: “Método: a ironia, a autocrítica incessante, a incongruência, a imaginação a serviço de ninguém.”¹⁰⁸. O romance histórico pós-moderno, desse modo, ganha o estatuto de “metaficção historiográfica”¹⁰⁹. Novamente encontramos o Nobel atravessado por tendências conjunturais que, uma vez esclarecidas e analisadas – o que tentamos modestamente até aqui executar –, o deixa infinitesimalmente mais transparente, coerente e lógico em suas escolhas formais e conteudísticas dentro do *História do Cerco*. Caleidoscopicamente visto, mais integralmente compreendido – eis nosso imperativo norteador.

Por fim, creio que um breve e conclusivo discorrimento diretamente acerca de José Saramago seja um bom enlace para este capítulo, ao que deixará todo o já feito devidamente amarrado.

Ainda na década de 1960, a partir sobretudo de 1968, José de Sousa Saramago (1922-2010) vincula-se diretamente a núcleos anti-fascistas e ideologicamente deslocados à Esquerda, fiel ao seu assíduo progressismo. Até 1972 assina, com regularidade, crônicas publicadas no *A capital* e no oposicionista *Jornal do Fundão*, a exemplo. Porém, o mais destacado de seu explícito posicionamento anti-fascista em Portugal talvez esteja no seu desempenho enquanto crítico literário na *Seara Nova*, revista anti-fascista de renome à época. Data daí, aliás, assim como para outros muitos jornalistas de esquerda no regime fascista pré-Revolução, a censura sofrida pelo futuro

¹⁰⁶ ECO, Umberto. *Pós-escrito a O nome da rosa*. In: ECO, Umberto. *O nome da rosa*. 12ª ed. - Rio de Janeiro; Record, 2018. p. 570. Grifos meus.

¹⁰⁷ ECO, Umberto. op. cit. 570.

¹⁰⁸ Ver nota 65.

¹⁰⁹ PINHEIRO, Vanessa Riambau; VASCONCELOS, Thamires Sousa. op. cit. p. 116. E, citando Hutcheon: ““inserção problematizada da subjetividade na história.””

Nobel. É por isso que, por exemplo, a crônica *As palavras*, escrita para *A capital* ainda em 1968 no número 17 de maio, só foi publicada após intervenção direta de censores, o que culminou em um texto debilitado, atrofiado em efeito. Mas, afinal, é sempre um tiro no escuro, essas censuras, pois, na medida em que obliteram o objeto foco de desaprovação e cerco, tanto aguçam a curiosidade acerca dele, posto que circunscrito agora sob a áurea proibitiva de forte poder atrativo, como também podem radicalizar aquele que sofre sua intervenção. É o caso de Saramago, que se partidariza.¹¹⁰

Realmente, a militância de Saramago é patente e nada modesta, antes, durante e depois de seu esplendor literário¹¹¹. Um posicionamento até radical, seja com declarações amplas acerca da liberdade política ou mesmo à necessidade duma reforma agrária lusitana¹¹², seja com condenações públicas ao posicionamento – intervenção – estadunidense ao contexto político chileno de Allende, em 1973.¹¹³ Claro que já aí se trata duma postura anticapitalista que muito se destaca no seu comunismo anti-sistêmico, reincidente inclusive pós-colapso da URSS. Nosso escritor português morre em 2010, ainda descaradamente comunista, e criticando aqueles que deixaram de o ser¹¹⁴. Seus temas, nessa conjuntura do PREC¹¹⁵ e mesmo depois – seus romances prova disso –, sempre foram as interferências internacionais e a descolonização. Como dissemos anteriormente acerca da

¹¹⁰ “[...] eram as arbitrariedades normais de uma ditadura iníqua que, além de muitas outras razões, teriam também contribuído para levar José Saramago à militância política clandestina, pois em 1969 ele se tornaria membro do PCP.” LOPES, João Marques. *Saramago - Biografia*. - São Paulo; Leya, 2010. p. 58.

¹¹¹ Não acreditamos, porém, que sua literatura *seja* política, mas sim que *tenha* política. A distinção é sutil mas fundamental, visto que, no primeiro caso, veríamos ascender relés panfletagem demagógica - alheia à matéria artística. Já no segundo, além de mais fiel à complexidade do labor literário, posto que não redutível a paupérrimos axiomas de “tudo é político”, também preserva o caráter extemporâneo da arte, tornada datada pela inevitável secularidade da política. O aval do tempo dirá, afinal, mesmo que o próprio Saramago confirme essa nossa distinção. Acerca de se o militante não patrulharia o escritor, na já citada entrevista no Roda Viva em 1992, o Nobel crava: “*Eu creio que se possa responder a isso facilmente pela leitura dos meus livros*. [...] Não creio que alguém, quem quer que seja, sinta ou perceba ou distinga, na leitura dos meus livros a suposta vigilância que o militante estaria, no ato da escrita, a exercer sobre o escritor. Definitivamente não creio que isto se encontre lá”. < <https://www.youtube.com/watch?v=2tcmIDH19e0&t=1116s> > (1h04min56s). Trata-se, evidentemente, de estarem ambos, escritor e autor, tão umbilicalmente ligados que a passagem dos *mediuns* seja demasiadamente sutil e natural. Esse processo será esclarecido no capítulo 3 deste trabalho.

¹¹² LOPES, João Marques. op. cit. p. 62.

¹¹³ LOPES, João Marques. op. cit. p. 64.

¹¹⁴ Além de dissociar o socialismo praticando na URSS do socialismo concebido e defendido por ele, sendo ambos de matéria bem diferente: “Pois sim, caiu [a URSS], mas eu continuo. A questão também pode ser posta ao contrário: por que que por uma coisa ter acabado - coisa esta que não é A coisa, que foi apenas UMA delas, que não constitui, ao derrocar-se, na morte, no fim. Poderíamos perguntar por que que isso haveria de significar a renúncia de princípios meus.”, e arremata: “Se os meus princípios estivessem dependentes do maior ou do menor êxito de sua aplicação, então eu seria tanto mais fiel a esses princípios quanto mais os resultados fossem favoráveis aos meus pontos de vista - o que se confundiria perigosamente com o oportunismo.” É bastante lógico que reafirme, depois, que “não sou obrigado a renunciar aos meus princípios porque a União Soviética se desmantelou.”, assim como não acredita ser o praticado na URSS a manifestação integral e prática de seu socialismo. Mais adiante, a partir desse posicionamento, critica os “falsos socialistas” que, “do dia para a noite, deixaram de o ser”. Ver: o mesmo trecho da entrevista supracitado (nota 99).

¹¹⁵ Sigla para o Processo Revolucionário em Curso (PREC).

década de 1970 em Portugal e até no momento dos comentários sobre Edward Said, o imperialismo era aquela força cujos tentáculos estreitaram-se amplamente, espalhados, sobretudo aos vítreos e dramáticos olhos do militante, que via nisso a armagedônica linguagem do inferno. João Marques Lopes, em biografia, destaca um excerto de Saramago – *A Mão do Imperialismo* – em tom de urgência algo apoteótica sobre o fervilhante caldeirão contextual luso:

Nenhuma dúvida é já possível: ou Portugal cai sob a repressão de um regime neofascista capaz de rivalizar com o Chile de Pinochet e seus mandantes, ou cede às pressões nacionais e internacionais interessadas em fazê-lo ingressar na jangada capitalista e hábil da social-democracia, ou avança decididamente, lutando, para o socialismo.¹¹⁶

Entendemos que os posicionamentos e concepções político-históricas de Saramago, consonantes a um contexto amplamente compartilhado por outros intelectuais não exatamente iguais mas certamente dentro de uma mesma postura anti-hegemônica, anti-imperialista e não ortodoxa, não seja casual. Ao contrário. Parece-nos ser, na verdade, uma atmosfera explicadora e justificadora de cada uma de suas expressões manifestas aos temas requeridos por cada qual: 1) em literatura, com o desponte do pós-modernismo – precisamente, mas não só, em romances históricos de cunho medievais –; 2) em história, propriamente, com a ascensão de revisionismos ora manobrados ao negativismo pernicioso ora expressões apenas dum olhar outro, duma reelaboração contestadora de postulados datados, atualizações; 3) em teoria da história, com as contestações do ceticismo pós-moderno de Hayden White sobre o *status* narrativo-historiográfico e seu *déficit* de cientificidade congênito; 4) em literatura novamente, mas agora teórica, com as discussões propostas por Said na relação entre romances e a transposição de ideários orientalistas – além, claro, 5) do próprio conceito de *Orientalismo* e a tangibilidade heurística dada e provocada por ele –; nos, por fim, 6) entreveros portugueses de 1970 e 1980, onde o ainda jornalista Saramago galga posições e define sua silhueta político-ideológica cada vez mais precisamente, numa notável sequência de declarações públicas, entrevistas e romances, a partir de 1980 – ano de consagração do romance pós-moderno medieval por Eco, aliás –, cujo coroamento, o pingente de topázio azul, é uma tal *História do Cerco de Lisboa*, confluência de tudo isso um pouco. Luta desigual com seu contexto, *vero*, mas nem por isso menos encarniçada, dadas as muitas e várias circunvoluções espiraladas de significados ao seu redor, agarrando-se a ela como a hera nos muros.

Tendo este extenso quadro conjuntural sido delineado no que nos foi possível dadas as nossas limitações, na mesma medida que sua articulação e deságue no desponte de José Saramago, em

¹¹⁶ LOPES, João Marques. op. cit. p. 77.

sentido amplo, e na publicação em 1989 de *História do Cerco de Lisboa*, em sentido estrito, tendo isso, reiterando, posto, resta-nos apreender a maneira com que o Nobel executou tal projeto literário. Os mecanismos formais, os aspectos técnicos, assim como os elementos documentais articulados, tudo o que nosso autor utilizou na feitura do seu texto, e como – sobretudo *como*. Uma vez excessivamente político, Saramago, afirmemos logo de agora, escreve comprometidamente, mas não demagógico; sensivelmente, mas não piegas. O capítulo seguinte discorre exatamente sobre isso.

3. O Cerco de Lisboa de 1989 – a atípica montagem literária de um episódio medieval

3.1 Formalismo russo: uma ferramenta de análise

É preciso uma justificativa mais explícita, mais detida sobre si mesma. Respectivamente, o formalismo – *en passant*.

Tzvetan Todorov (1939-2017) nos oferece um instrumental pertinente: foi um dos mais ilustres divulgadores das ideias formalistas, dentro e fora da França. Além de contribuir, pessoalmente, com seus postulados, esclarecendo e reelaborando vários conceitos-chave desse despoite na análise literária (e linguística), foi através de seu trabalho, na tradução dos textos base dessa corrente, que conseguimos cercá-la com algum entendimento cognoscível. Não porque os formalistas não tenham tido precisão ou clareza, mas por sua efemeridade: foram mais sinalizadores e norteadores que, propriamente, fundadores. Nesse prisma, Todorov será um elemento de coesão entre as abordagens formalistas, uma vez que delonga-se.

Mormente, por partes.

Foi na Rússia, às coxas da Revolução Russa, 1917 o ano, que o chamado *Círculo Linguístico de Praga* deu sinais de despoite, objetivando o estudo da linguística e da poética, muito aplicados aos próprios textos da literatura russa, altamente fibrosa até aquele momento.¹¹⁷ Ganha contornos mais distintos e sólidos justamente em 1917, com a criação da nova Sociedade para o Estudo da Linguagem Poética (Opojaz). Juntou-se, aí, o esforço de jovens filólogos e estudiosos de literatura, tais como B. Eichenbaum, I. Tyniánov, V. Chklóvski e O. Brik.

Aqui também aplica-se, afinal, a premissa do elo conjuntural que adotamos: os formalistas, no começo, estão bastante relacionados com a vanguarda futurista, o que lhes agregou certo caráter de automatismo congênito e, além disso, mecanicismo, pelo menos na sua primeira fase.

Daí o termo: *Formalismo*, por sua vez, é antes uma designação externa, pretensiosíssima e certamente baseada em slogans e silogismos arbitrários e erroneamente recortados. Retroagiremos, assim, à trivialização do termo, desencarnando-o destes e adentrando seus postulados. A partir disso, faça-se o juízo, podendo-se.

¹¹⁷ Boris Eichenbaum dedica um célebre ensaio (*Como foi feito O capote, de Gógol*) - presente na compilação feita por Todorov - sobre a obra de Nikolai Gógol, além de nomes carimbados como Tolstói, Dostoiévski, Gontcharov, Pasternak, dentre outros.

Devemos sintetizar, ao risco de inevitáveis simplificações, neste axioma *in partibus*: descrever a obra de arte, sua fabricação, em termos técnicos. Tematicamente, Todorov elenca com superior propriedade as propostas: a relação entre linguagem emotiva e poética; a constituição fônica do verso; a metodologia dos estudos literários, a estrutura do conto maravilhoso; a tipologia das formas narrativas, *a interferência das exigências impostas à obra pela realidade com as imposturas por sua própria estrutura*, et coetera, seriam alguns resultantes dos esforços formalistas.¹¹⁸ O apelo técnico acampa num outro: o científico¹¹⁹. Não seria diferente: uma vez antecédidos, e curiosamente a quem muito devem, pelos simbolistas, o “método formal” convoca, em contrapartida a este, um cientificismo sotoposto aos elementos algo empíricos da análise literária até então, convertendo agora tal processo num mecanismo sumamente analítico. Como faz? Pela distinção, na mesma medida que destaca sua interdependência congênita, entre forma e conteúdo.¹²⁰ Permitamo-nos um enlace: a abolição dessa mecânica distinção entre forma e conteúdo é, com isso, herança, mesmo que retrabalhada, daquele simbolismo titubeante, ao que acrescentam os formalistas a já citada relação signo-referente, sobretudo nos estudos linguísticos.

Nasce a noção de *função*, ao que justificamos, principalmente aí, nossa opção pelos postulados formalistas neste trabalho: entende-se por *função* a atribuição exercida pela articulação de certos elementos dentro do *medium*, neste caso, prosaico. A justificativa para o aproveitamento no estudo histórico (deste Trabalho, inclusive) seria esta: a integração da literatura, toda ela, com o conjunto de fatos sociais (fatores conjunturais, de contexto) fazer-se-ia justamente graças à *função verbal*, dela projetada. Ora, se é no plano formal que esta função repousa e conforma-se, sua sistematização equivale, em certa medida, a visualizar a disposição prosaica de elementos históricos e literários (função construtiva): “tal ponto de partida permite integrar a dimensão histórica ao estudo estrutural da literatura”.¹²¹ Com isso rebatemos: a campanha formalista por leis imanentes à arte poética não equivale, como foi-se dito algumas vezes, ao congelamento estéril da obra, como

¹¹⁸ TODOROV, Tzvetan (org). *Teoria da literatura textos dos formalistas russos*. São Paulo Editora UNESP, 2014. p. 16.

¹¹⁹ “Persiste o espírito de vanguarda, só que a atitude, antes artística, agora se pretende científica.” TODOROV, Tzvetan. 2013. op. cit. p. 17. Na mesma coletânea, Eichenbaum disserta sobre o “pathos do positivismo científico que caracteriza os formalistas [...]”. p. 37.

¹²⁰ Aqui uma intersecção salutar com o estruturalismo: “[...] a distinção estabelecida entre forma e função do elemento literário. Este par pode ser comparado à dicotomia saussuriana do significante e do significado; mas, como aqui se trata de literatura, isto é, de um sistema significativo de segundo grau, as duas noções se veem não só inseparáveis, mas também confundidas.” TODOROV, Tzvetan. 2013. op. cit. p. 18.

¹²¹ TODOROV, Tzvetan. 2013. op. cit. p. 20.

que desplugada de elementos socioculturais posto que embasada num modelo mais científico de análise¹²². O suposto automatismo, vê-se, vai eivando.

As *funções* correlacionam-se, inevitavelmente.

Coincide, portanto, para sua vulgarização equalizá-las numa confusão de mesmos níveis, posto que heterogênea sua estrutura literária. É uma falsa interpretação de sentido.¹²³ Cabe sobrepô-la. Intento este alcançável, mesmo que parcialmente, pelas elucidações formalistas. Consequentemente, nasce a noção de *hierarquia* – tipificação. Dispõem-se as funções, pois.

Faz-se isso uma vez que a obra, em si mesma, permite-o. E permite-o, decerto.

Tal feito é possível graças à ideia de *fato literário*¹²⁴. Em certa medida, é uma alternativa (superação?) da concepção mimética cunhada em Aristóteles na *Poética*. O mundo literário – da obra, pois – converteria, para os formalistas, a realidade em algo tipicamente seu, *literário*. Suas regras e *modus operandi* não são, assim, os da realidade *per se*, ou mesmo os de outra seara senão a da própria obra de arte, absolutamente. Trata-se não de uma imitação, mas de um empréstimo, digamos assim, para, através dele, converter essa matéria em algo novo, único. Daí a ênfase formalista na obra enquanto tal, e, evidentemente, em sua forma. Arremata Eichenbaum, solapando: “Para os ‘formalistas’, o essencial não é o problema do método nos estudos literários, mas o da literatura enquanto objeto de estudo.”¹²⁵ Continua:

Colocávamos [os formalistas], e colocamos ainda, como afirmação fundamental que o objeto da ciência literária deve ser o estudo das particularidades específicas dos objetos literários, distinguindo-os de toda outra matéria, e isso independe do fato de que, por suas características secundárias, essa matéria pode dar pretexto e direito a utilizá-la nas outras ciências como objeto auxiliar.¹²⁶

Trata-se do *princípio da especificação*. Qual a especificidade? A *literariedade*. Ponto.

¹²² Notar que utilizamos os termos “ciência” e “científicos” tais como foram abstraídos pelo momento histórico em questão: com o positivismo racionalista. Nesse sentido, pensar “cientificamente” a literatura equivaleria à “endurecê-la”, tal qual o caminho tomado pela história (com Leopold Von Ranke e o historicismo alemão) ou pelo behaviorismo de B. F. Skinner, no que se refere à psicologia. O malsão legado dos formalistas dá-se justamente pela ideia de que esse caminho por eles sinalizado exigiria um déficit artístico, esvaziado este de sensibilidade pois agora excessivamente técnico. “O princípio organizador do método formal era o princípio de especificação e de concretização da ciência.” Eichenbaum, Boris. op. cit. p. 38

¹²³ TODOROV, Tzvetan (org). 2013. op. cit. p. 19. Veja-se, nesse ponto, como a análise da forma, inevitavelmente, descamba com o conteúdo e seu sentido imanente.

¹²⁴ Em *Da evolução poética*, Tynianov reitera essa discussão, sintetizada no termo célebre de Jakobson: *literariedade*. Ver em: TODOROV, Tzvetan (org). 2013. op. cit. pp. 137-160.

¹²⁵ EICHENBAUM, Boris. *A teoria do “método formal”* (p. 31). In TODOROV, Tzvetan (org). 2013. op. cit. pp. 31-82.

¹²⁶ EICHENBAUM, Boris. op. cit. 38.

Não há mais categórico: “o procedimento da arte é o procedimento de singularização dos objetos.” Por isso não-mimética, pois a finalidade da arte não seria o reconhecimento.¹²⁷

Fica por demais evidente a nova concepção acerca do binômio forma-conteúdo: não mais a primeira como um invólucro da segunda, espécie de matéria amorfa da qual sua casca faz-se coberta. Os elementos artísticos exprimem-se na sua particularidade imanente, não sendo necessário assim nenhum complemento senão os da própria estrutura prosaica: eis a relação – interna.

História do Cerco de Lisboa é, claro, um romance. Nosso objeto de análise comporta-se então com um texto em prosa, altamente distinto das relações com as tendências pós-modernas, revisionistas e pessoais de seu autor. A partir da tese formalista de especificação da realidade via obra de arte literária, parece mais coerente ao nosso objeto que justamente sejam as suas contribuições adotadas para tal – contraproducente seria não adotá-las. O medievo ibérico tonifica-se na obra saramaguiana de modo próprio, através dum procedimento que não é historiográfico, mas sim literário. A articulação desses dois elementos deve ser apreendida sob a ordem de que ali se encontra uma unicidade, *um período medieval especificado*. Em suma: se literatura, são as ferramentas literárias que devem ser utilizadas no seu desmonte analítico. Nada mais saudável que compatibilizar, cremos, objeto e método.

Enterremos definitivamente este insepulto: o “start” formalista acerca da presença, na obra literária, de planos intercalados sob funções correlativas é, parece-nos, um acerto útil. E permite, ainda, uma brecha para entendermos a relação com os planos externos – ao que cabe o histórico, nossa intenção aqui¹²⁸. Sendo assim, o próprio “mundo virtual” da obra de arte, único e funcional dentre de *suas* regras imanentes e distintas, soergue-se dessa correlação de elementos linguísticos (formais): fonema, ritmo, prosódia. Daí seus conceitos-chave: sistema, dominante, estrutura.

Dada a relação da forma com o conteúdo, muda-se, no compasso, a ideia de *enredo*: ao invés duma conjugação de motivos cujo câmbio era efetivado nos elementos temáticos, agora passa-se aos elementos de elaboração, como não poderia deixar de ser.¹²⁹

¹²⁷ CHKLÓVSKI, Victor. *A arte como procedimento*. In TODOROV, Tzvetan (org). 2013. op. cit. p. 91.

¹²⁸ Pode ter ficado a impressão de contradição: o *fato literário* não isola o texto das condições históricas em que é produzido, mas sim apropria-se dele, dentro duma função verbal, e, a partir daí, cria algo novo, isolado agora sim, pois a realidade da qual partiu passa para a unicidade do texto e de suas regras, esquemas e estruturas imanentes. Nesse novo momento, a realidade torna-se *literariedade*, pelo *princípio da especificação*. É após esse processo que tenta-se localizar os mecanismos que estruturam, de tal forma, aquele conteúdo e enredo.

¹²⁹ EICHENBAUM, Boris. op. cit. 51.

É Victor Chklóvski quem dá maior sistematização, nesse momento, à questão. Em *A arte como procedimento*¹³⁰, introduz a noção de *motivação* na construção de enredo romanesco. Taxonomiza: a construção em patamares; o paralelismo; o enquadramento, a enumeração. São formas de construção, ferramentas de composição prosaica que permitem ao formalismo aproximar-se de romances propriamente, principalmente graças à noção de *motivação*. Esse estabelecimento dum vínculo entre enredo e construção é o tutano do método formalista, em prosa.

Ao analisar o *Tristram Shandy*, de Sterne – romance curioso e muito bem destacado na exemplificação, posto que reelabora quase que à exaustão mecanismo digressivo em prosa, servindo assim como caso limítrofe¹³¹ –, Chklóvski encontra no seu interesse pela construção de texto, do qual o autor partilha a consciência, uma ferramenta cognoscível: se a construção do romance é tão acentuada no seu próprio corpo textual – em sua *forma*, pois – é essa deformação a responsável pelo sentido do texto. Nesse caso, a desarticulação é uma articulação de vetor trocado. O contraste, aliás, pode ser um motivo, segundo descrito mais acima.¹³²

A estrutura do romance saramaguiano é, como já destacado neste trabalho, uma proposta de desestruturação, iconoclasta na forma e no conteúdo. Não estamos muito distantes, pois, do descoberto em Sterne por Chklóvski: a desarticulação é uma ferramenta de inteligibilidade. Em *História do Cerco*, tal qual.

O paralelismo, que introduzimos muito *en passant* e que pretendemos exemplificar mais precisamente no próximo capítulo, é talvez o método descrito pelos formalistas que mais nos interessa, seguido da criação em patamares.

Novamente recorremos a Chklóvski, que, inclusive, reitera a *literariedade* das obras: “O paralelismo é outro procedimento usado na construção da novela. [...] Para fazer de um objeto um fato artístico, é preciso extraí-lo da série dos fatos da vida.”

Não é uma repetição gratuita, pois essa condição especial, esse deslocamento semântico para o objeto artístico, pode ocorrer mais de uma vez, consoante as propostas romanescas de determinado texto. Cria-se, dessa maneira, caso queira, formas distribuídas em patamares, ou paralelamente.

¹³⁰ CHKLÓVSKI, Victor. *A arte como procedimento*. In: TODOROV, Tzvetan (org). 2013. op. cit. pp. 83-108.

¹³¹ A digressão, inclusive, aparece na obra saramaguiana como a própria voz narrativa.

¹³² “A contradição dos costumes também pode servir de motivo”. Trata-se de outro texto do russo: CHKLÓVSKI, Victor. *A construção da novela e do romance* (p. 196). In: TODOROV, Tzvetan (org). 2013. op. cit. pp. 193-223.

O poeta opera, assim, um deslocamento semântico, tira a noção da série semântica de onde ela se achava e coloca mediante outras palavras (*um tropo*) em outra série semântica; sentimos, assim, a novidade, a colocação do objeto em uma nova série. A nova palavra é colocada como uma nova roupa. O cartaz é retirado. É um dos modos de tornar perceptível o objeto, de transformá-lo num elemento de obra de arte. A criação de uma forma e patamares é outra. O objeto duplica-se e triplica-se graças às suas projeções e oposições.¹³³

Vejamos, agora, com mais precisão prática e saindo de tanta elucubração teórica, a incidência dessas propostas e postulados em *História do Cerco de Lisboa*. Sem protelar.

3.2 História do Cerco de Lisboa: consagração da iconoclastia – relativização, desconstrução e inversão

Muito se falou, a perder de vista o palavreado, sobre *História do Cerco de Lisboa* neste trabalho. Insinuações, todo ele. No que consiste, afinal, este romance?

Foi um tal revisor de textos, patente no ofício, que estava certo dia a trabalhar nesse celebríssimo episódio de sua história pátria, pois é português evidentemente, e essa história é aquela já batida e rebatida por aqui. Lisboa não era Lisboa: *al-Ushbuna*, pois lá viviam muitíssimos muçulmanos – povoada demasiadamente, queremos dizer. Ali passa-se o romance, e ali também trabalha nosso revisor alguma coisa de história.

O revisor, aliás, tem nome: chama-se Raimundo Silva, que já tardava – satisfação.

Em certo ponto, após confabulações e meditações acerca da validade daquele conhecimento para com a Verdade que almeja tangenciar este projeto historiográfico, Raimundo impreca uma palavra, imperativo de Satanás posto ser o espírito que nega, diz-se por aí: “uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito, a palavra Não”, na passagem que consiste no auxílio cruzadista às tropas de D. Afonso Henriques. Então fez-se a iconoclastia, pois “está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente [...]”¹³⁴. Pronto, aí está: outra história. Alguém terá de escrevê-la.

Escreve-a.

¹³³ CHKLÓVSKI, Victor. *A construção da novela e do romance*. op. cit. p. 210. Grifos meus. O destaque no excerto consiste no próprio termo usado por Hayden White, em obra citada. Os formalistas, da mesma forma, são referenciados por White, mais especificamente Eichenbaum, com o mesmo texto aqui utilizado (“*The Theory of the ‘Formal Method’*”): ver WHITE, Hayden. *A interpretação na história*. op. cit. p. 75.

¹³⁴ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. p. 53.

Raimundo, impelido por qualquer coisa de questões internas e meandros amorosos, aliás alinhado a certo ceticismo, desencanta uma outra história do Cerco de 1147, sob a prerrogativa de que aquele rei ainda sem coroa teria que conquistar Lisboa, mas doutra maneira. A saber qual.

Esta coexistência de duas possibilidades históricas, mesmo que culminantes num mesmo saldo – os mouros de fato caem sob o jugo português –, é afinal o mote do romance. Justamente aí, nesse nível do enredo, encontramos a *motivação* que o engendra. Esta instância motivacional é entendida segundo aqueles postulados formalistas, supracitados. Com isso, podemos dizer que a cadência narrativa, seu andamento à nível da trama (enredo), faz-se sob a motivação da iconoclastia: motiva-se outra *História do Cerco*, assim como o criticismo cético e irônico acerca da Verdade histórica, a partir do “Não” que depõe-a: um réu. Com isso, muito se acrescentará a todo o entrevero ficcional, mas não estamos dispostos a fichar ou resenhar este romance: limitemo-nos ao nosso interesse.

Tudo isso é, quer queira quer não e afinal de contas, fundamental, pois enredo. O episódio medieval, no romance saramaguiano, é o histórico, num primeiro momento: é aquele pretencioso livro de história revisado por Raimundo, e que se refere à história inclusive já aqui delineada no capítulo 2.1. Vemos que o revisor debruça-se sobre ele: é a primeira cena do romance. A existência deste texto historiográfico será um eixo, não narrativo necessariamente, mas comparativo (*construção por paralelismo*), pois a iconoclastia saramaguiana, manifesta no ato negativo de Raimundo em relação ao auxílio cruzadista a D. Afonso no assalto lisboeta, será um contraponto exatamente a esta história oficial, com perdões a remanescentes positivismo da expressão. Tudo isso é muito certo, muito literário: um belo aprume de candidatos à História.

A narrativa saramaguiana, em especial, segue caminhos “desprogramados”. O termo é feliz. O tipo de narrativa tecida pelo Nobel é muito característica, o que contribui, ou ao menos deixa excessivamente visual, o *princípio de especificação*: seu *fato literário* é um estilo autoral, localiza-se sobretudo no plano formalista – “escrita saramaguiana”. A *função verbal* lamina o estilo, simplesmente: dá-o manifestação textual. Traz e ratifica o termo o próprio autor, em entrevista dada ao Roda Viva em 1992¹³⁵, e consiste em que sua instância narrativa, nos romances pós-1980 – com a publicação de *Levantado do Chão*, que consagra seu estilo – segue um fluxo desregulado, desorientado mesmo; e isto é absolutamente (auto)consciente.

¹³⁵ “E é este sentimento de liberdade, aquilo a que um crítico português chamou, e muito bem - e eu não havia pensado nisso, mas os críticos servem justamente para isto: para dizer como nós devemos pensar-, e ele designou a minha escrita de ‘escrita desprogramada’. E é de facto uma definição exemplar. É de facto uma escrita que se comporta desprogramadamente.” (43min40s). <<https://www.youtube.com/watch?v=2tcmIDH19e0&t=2543s>>

Já se referenciou aqui o que seria a *digressão* enquanto recurso literário, em Sterne, sob a lente de Chklóvski, um baluarte formalista. Essa ferramenta permite a introdução do narrador, por vezes confundido ou fundido com o autor (como é o caso saramaguiano) no corpo da narrativa ficcional. Normalmente, são comentários complementares, num tom ensaístico ou mesmo analítico, como no célebre caso de *Guerra e Paz* (1867), em que o narrador biparte o texto em momentos de enredo e momentos de exame historiográfico.¹³⁶ Victor Hugo, famoso autor francês da tradição romântica, doutra forma, também é um marco na digressão literária, e *Os miseráveis* simplesmente não existe sem ela. Esses dois exemplos nos são úteis: no primeiro caso, a digressão emerge demasiadamente autônoma, isto é, seu conteúdo *não está* num nível correlacional ao enredo, à trama dos personagens, muito mais distante neste caso: os ecos e estampidos de um não ricocheteiam no outro. Não embrenham-se; urdam-se, sem vassalagem explícita. Sua *função construtiva* é de eficácia limitada. O conteúdo de ambos só se comunica no plano extra-textual, isto é: os longos ensaios de Tolstói sobre a validade de se fazer uma História cientificamente conduzida – cujo diagnóstico é negativo – não possuem gancho ou elo direto com as famílias aristocráticas russas que povoam a ação do romance, naquela Rússia invadida e malograda por Napoleão. As discussões digressivas conversam sobre o sentido algo epistemológico dessas guerras, explicando-as de maneira escrachadamente analítica: interpretam-a, por assim dizer. Seu vínculo é antes hermenêutico que literário.

No caso de Victor Hugo, temos outra forma de digredir: normalmente, este deixa, muito sutilmente dispostos, momentos ou personagens que convergem para sua trama principal, numa simultaneidade de serpentes orgiasticamente entrelaçadas. É célebre o capítulo I da Segunda Parte (Cosette) do prolixo romance *Os miseráveis*, intitulado *Waterloo*. O nome é sugestivo: abandona-se momentaneamente as miseráveis histórias de Fantine, Cosette e Jean Valjean, para narrar agora a derrocada de Napoleão, em tom historiográfico também – pelo menos à maneira do XIX francês, algo romântica é verdade¹³⁷. Porém, a existência dum personagem na batalha estabelece o vínculo necessário à trama: um certo Pontmercy sobrevive, e ele também será o tutor da jovem Cosette, uma das protagonistas do romance. Dessa forma, o recurso digressivo em Hugo é, em certa medida, “menos autônomo” que o de Tolstói, embora ambos se vinculem à trama em um certo nível correlacional: o primeiro, hermenêuticamente, isto é, no plano interpretativo da significação; o

¹³⁶ Isto fica flagrante e manifestamente explícito no epílogo, dividido em duas partes exatamente para cada um dos momentos: a primeira dando conta do desfecho dos protagonistas e, a segunda, completamente teórica, sem nenhum vínculo ficcional direto – apenas postulados.

¹³⁷ Romantismo esse muito característico duma mentalidade secular (XIX) e que imbrica na formatação de nacionalismos. A relação entre as vertentes do século XIX e a historiografia estão no capítulo 2.2 deste trabalho.

segundo, gradualmente menos autônomo, até o vínculo direto, via personagem ficcional. A disposição do vínculo em níveis correlacionais distintos não constitui, claro, nenhum critério qualitativo, quando mais não fosse pura e simples questão de moda literária ou estilo.

José Saramago utiliza a digressão: ela é sua absoluta ferramenta de enredo, como se a narrativa toda fosse uma delongada digressão, cuja instância narrativa atua exatamente desse mesmo modo: regredindo, na medida que narra.

Tipicamente pós-moderno na proposta, portanto. A mudança aqui é deflagrante: o narrador do texto saramaguiano, de todo ele, é digressivo no cadente troar dos tambores prosaicos: narra ao mesmo tempo que comenta, que discute, que rebate e *nega*. Isso é feito concomitantemente ao narrado, ou melhor, é a própria narrativa manifesta em prosa corrida. Podemos dizer que, no tipo de instância narrativa saramaguiana, a digressão é a própria função construtiva. Se, por um lado, dela partem as balastras e as hastes de sustentação da narrativa (um *sistema*), sua categoria na função construtiva é a de *dominante*.

A estrutura muito característica de seus romances entra ainda mais estrugidora no monumento prosaico, pois a emulação estética da oralidade complementa a fusão enredo-digressão.

Ora, é verdade que Saramago reelabora o uso da pontuação gráfica, marca registrada de seu estilo dentro do plano mais estético, não necessariamente narrativo. Repare que não usamos “exclui” ou “ignora”, pois esses marcadores gramaticais estão no texto: no leitor que o lê. O ato de vocalizar o que está escrito, mesmo que mentalmente, naturalmente põe a pontuação necessária em determinada sentença: somos nós, leitores, que grafamos o texto, estando ou não estes sinais explicitamente marcados.¹³⁸ Dessa forma, perguntas, no plano escrito, não são postas com interrogação (?); discursos diretos não são marcados com travessão (—) que os anuncie; tampouco aspas (“”) que os destaquem. Tudo é um grande plasma verbal, uma coréia fantástica de letras tumultuárias e profusamente disseminadas, onde tenta-se emular no plano estético a própria congêrie da fala, posto que esta não possui (ou não anuncia), graficamente, nenhuma pontuação a nível oral. Se é na oralidade da leitura que o tom impresso nas sentenças evoca a função gráfica das pontuações, suprimi-las na função verbal escrita não compromete sua inteligibilidade: eis a lógica da “escrita saramaguiana”.

¹³⁸ A realocação do papel decodificador para o leitor, trazendo sua atuação para o protagonismo e efetivação da obra, é mais um elemento que aglutina Saramago aos postulados pós-modernos que reinterpretem o leitor, de modo “mais ativo” que a rez passividade da “leitura de sofá”. Vide comentários sobre Calvino e Cortázar no capítulo 2.2.1 deste trabalho.

Também é uma faceta de iconoclastia: rompe-se a tradição ortográfica dos acordos ortográficos lusófonos, assim como com a forma de *escrever* um texto literário, literalmente.

Imediatamente percebemos a utilidade que tal estilo traz à instância narrativa saramaguiana: se a própria forma do texto quer-se uma amálgama, então nada mais conjugado com um tom narrativo digressivo que isso: interfere-se no texto *na mesma medida que se é o texto*, pois este permite-o – suas regras intrínsecas validam sua proposta. Estribulam, funambulescas, no argumento digressivo. A digressão é a narrativa.

Por que, então, tanto discorrimento acerca disso?

Primeiro, porque nosso arrojo metodológico (formalismo russo) pede tais precisões formais. Segundo, porque a transgressão iconoclasta, a ironia, a intertextualidade documental, a própria *História do Cerco de Lisboa*, tudo é, com isso, soerguido esteticamente desta e sobre esta forma.

Destrinchá-la é o machado de diorito com que desferimos o golpe mínimo do entendimento: não há dispensá-lo.

Certo. Muito bem até aqui: temos, então, um estilo saramaguiano muito específico (agente de *especificação*), uma expressão do experimentalismo pós-moderno tão em voga, desterrado e claudicante agora e desde sempre, ao menos no que for possível lê-lo.

Entendemos que, com isso, Saramago utiliza a digressão como a instância narrativa de montagem, porém de forma alguma ordenada: ao contrário. Esta é outra questão a ser esclarecida. Façamos a analogia.

Imagine-se que uma pessoa queira contar algo, algum episódio: narrar, pois. Como fará isso? Bom, seguirá uma ordem, que não precisa ser exatamente cronológica nem rígida, mas que aponte para um destino: a informação completa, seu desenlace. Assim, temos uma narrativa que sai do ponto A para o ponto B, naquela que é a menor distância entre dois pontos: uma reta. A digressão faz com que esse trajeto seja, constantemente, pausado, dispersando a reta em pequenos segmentos de reta, como as contas de um rosário. Protrai-se, é certo. No caso saramaguiano, isto é radicalizado: a retilínea direção, mesmo que fragmentada, não é mais obedecida – titubeia galvanizada agora noutra forma, ou deformada. Sai-se do ponto A, curva-se para um outro, que por sua vez vereda-se por outros tantos, espreado-se num cem números de ramificações, num infundável tornado de analogias, discussões, ou mesmo gratuidades retóricas (sátira ao próprio aviltamento da linguagem), para, depois de muito tempo, rescindir à reta, cuja direção de fato

almeja ao ponto B – sua erva paragem, finalmente aqui. Chega-se lá, afinal de contas, demora pouca *pero no mucho*. Porém, chega-se de modo *desprogramado*: é como se o narrador, que povoa todo o romance, bambeasse o compasso da narrativa, ricochete aos caminhos por ele mesmo traçados, num remoinhar irreprimível e rítmico de ciclone, milhares de baionetas circulares, avassalando a ortodoxa linearidade, compungida e reduzida à circunvoluções espiraladas outra vez: desprogramação.

De certo modo, também é uma maneira de zombar da ortodoxia, desfibrando-a de crendeiças ordens e sistemas lineares, tão contrários à ordem do mundo, que é desordem.

Isso, portanto, abre o texto para uma digressão estendida e autoconsciente:

Tão largo rodeio, tornado irresistível por esse jeito que as palavras têm de puxar umas pelas outras, parecendo que não fazem mais que seguir o desejo de quem finalmente terá de responder por elas, mas levando-o ao engano, a ponto de deixarem, quantas vezes, a ponta da narrativa abandonada num lugar sem nome e sem história, o puro discurso sem causa nem objetivo, cuja flutuação precisamente o irá tornar apto a servir como cenário ou adereço de não importa que drama ou ficção, este rodeio, que principiou por indagar sobre horas de sono e vigília para vir a rematar em gasta reflexão sobre a curteza das vidas e a longevidade das esperanças, este rodeio, acabemos, encontrará justificação se, subitamente, nos perguntarmos quantas vezes, ao longo da vida, vai uma pessoa à janela, quantos dias, semanas e meses ali passou, e porquê.¹³⁹

E é justamente através dessa postura digressiva e desprogramada que o narrador consegue, enfaticamente, comentar grandiloquentemente o seu enredo. Transgredi-lo, com isso, ganha um facilitador formal: a proposta literária de Saramago aproxima a crítica da narrativa, irmanando-as num numa mesma instância, pois o tom crítico, analítico, é a própria narrativa *per se* – estão equalizados numa mesma *função verbal*, conquanto entendida pelos formalistas. Tal conformação lamina o torvelinho de digressões referentes ao enredo, estabelecendo coesão e harmonizando ambos os polos numa inteligibilidade necessária ao plano cognoscível do texto literário.

Demasiadas deambulações abstratas, de fato. Vejamos alguns exemplos concretos.

Raimundo Silva, a ele retornados, ao proceder com aquele “Não”, rompe com certo código de conduta dos revisores. Sua chefia não o despede, mas submete-o: passa ele a ter um superior, Maria Sara que se chama, responsável por averiguar suas condutas e revisões. Aquartela-o. Será também seu par romântico. Embora seja um momento do enredo que não interessa aos nossos estudos neste trabalho, o colóquio entre os dois parece-nos perfeitamente exemplificável do *modus*

¹³⁹ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 127.

operandi saramaguiano discutido até aqui. A proclamação é a seguinte – declaram-se: “Então, Então, nada, o depois só depois é que se conhece, Eu gosto de si, Acho que sim, que gosta, Quando nos veremos, Tão depressa eu me levante deste leito de dor, Onde, Em toda a parte”.¹⁴⁰ Logo depois desta conversa, sem nenhuma anunciação gráfica, entra o narrador:

Estão felizes, ambos, e a um ponto tal que será grande injustiça separar-nos de um para ficar falar do outro, como mais ou menos seremos obrigados a fazer, porquanto, como ficou demonstrado num outro mais fantasioso relato, é física e mentalmente impossível descrever os atos simultâneos de duas personagens, mormente se elas estão longe uma da outra, ao sabor dos caprichos e preferências de um narrador sempre mais preocupado com o que julga serem os interesses objetivos de sua narrativa do que com as esperanças em absoluto legítimas desta ou daquela personagem [...].¹⁴¹

Nesses dois excertos, temos, no primeiro caso, um diálogo sem nenhuma marcação gráfica além da Maiúscula que anuncia a voz e os lugares enunciativos de cada qual (e também, noutros casos, a do narrador) e suas passagens, além de um exemplo de como é a leitura que passa para o leitor essas pontuações: pronunciamo-las, inegavelmente pronunciamo-las. Não há interrogação, mas *lê-se como uma pergunta* as falas de Raimundo e Maria Sara que assim o pedem. Efetivou-se a passagem do plano gráfico para o leitor, por assim dizer: cumpriu-se o romance pós-moderno.

A oralidade foi, dessa forma, efetivamente escrita, enquanto oralidade que é. Não um texto com oralização, mas oralidade transcrita – eis tudo, o que não é pouco.

Já no segundo, falo do excerto, nos deteremos mais um pouco. Trata-se já da instância narrativa, na terceira pessoa quase sempre, deambulando imprecações sobre o seu próprio ofício (autoconsciência narrativa e metalinguagem, ambos preceitos de saturação pós-moderna). O narrador esclarece seus personagens ao mesmo tempo que justifica, no próprio fluxo narrativo, suas opções narrativas. O narrador não é aquele que narra, é aquele que confabula, fundamenta, ampara, provoca, inverte, joga... “Polifônicos edifícios verbais que tornam o seu pequeno escritório num espaço multiplicado por si mesmo.”¹⁴² E, se quisermos ser mais pedantes ainda, diremos: “Aqui, neste escritório onde a verdade não pode ser mais do que uma cara sobreposta às infinitas máscaras variantes”.¹⁴³

Todo o romance, assim como todas as obras em prosa de José Saramago a partir de *Levantado do Chão*, respeita essa formulação narrativa e estética. *História do Cerco de Lisboa* a

¹⁴⁰ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 263.

¹⁴¹ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 264.

¹⁴² SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 22.

¹⁴³ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 27.

articula, e aí repousa sua peculiaridade – interessante à nós –, para encaixar, pela função formal e através de esquemas precisos (*paralelismo e construção em patamares*), a edificação do medievo ibérico ao episódio de 1147. É com isso que intertextualiza documentação primária, diacrônica temporalidade (entre a década de 1980 e o Cerco de 1147), e, claro, desacratizações e inversões. Nada disso subsiste, *vero*, aquém da forma.

3.2.1 Depois do “como”, o “o quê”: relativização, desconstrução e inversão pela forma saramaguiana da Verdade, da nacionalidade portuguesa e dos mouros.

O “como” foi dito.

O mecanismo narrativo saramaguiano é o meio pelo qual orchestra nossa hipótese desde o princípio: seu esclarecimento era prerrogativa. É momento, agora, de saber se o romance nos atesta. Obrigá-lo-emos a falar; vejamos se nos impreca ou preconiza.

3.2.1.1 Relativização: ceticismo à Verdade histórica

O romance de Saramago tem um argumento, sintetizado tanto na epígrafe deste trabalho¹⁴⁴ como na do próprio romance: “Enquanto não alcançarmos a verdade, não poderás corrigi-la. Porém, se a não corrigires, não a alcançarás. Entretanto, não te resignes.”¹⁴⁵ Ironia e ceticismo na dose necessária às nossas hipóteses. Vemos aqui uma clara preocupação com a Verdade histórica, ou melhor, certa desconfiança em sua capacidade de apreensão.

Ao comentar essa questão do ceticismo em *História do Cerco*, Maleval identifica, inclusive, um elo com as crônicas de Fernão Lopes, amplamente usadas por Saramago na proposta e na montagem do romance, como demonstra a autora. Seja na apuração dos documentos e na consequente síntese de sua insuficiência representativo-realista – isto é, a possibilidade de alcançar a Verdade por sua via –; seja por iconoclasta negação factual – o “Não” propulsor da trama –, a autora intersecciona o ceticismo no Nobel e no cronista medieval, com ênfase no primeiro.¹⁴⁶

¹⁴⁴ “Tanto sofre a verdade com a lição que dela que sempre nos vão dando [...]”. SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 28.

¹⁴⁵ Essa epígrafe é proposta como uma possível relação com documentação primária: Crônica de D. João I, de Fernão Lopes, por MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *A idade média revis(it)ada. História(s) do Cerco de Lisboa*. IPOTESI, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 153-161, jan./jun. 2011. p. 154.

¹⁴⁶ “[...] se desconfia [Fernão Lopes], pois, da verdade dos documento, no entanto não procede, como Saramago, à total iconoclastia, não assume por inteiro uma posição de dúvida, de total desconfiança quanto à possibilidade de alcança-la (à verdade).” MALEVAL. p.155-56.

O primeiro capítulo do romance, aliás muito ilustrativo da forma saramaguiana, é mesmo um exemplo solar: trata-se dum colóquio entre um Revisor e um Historiador, em que se joga com a relação – ou equivalência – entre história e literatura, cada qual. Leia-se:

O meu livro, recordo-lho eu, é de história. Assim realmente o designaram segundo a classificação tradicional dos géneros, porém, não sendo propósito meu apontar outras contradições, em minha discreta opinião, senhor doutor, tudo quanto não for vida, é literatura, A história também, A história sobretudo [...]

Dois comentários: 1) O tom irônico está presente, de modo bastante latente, por exemplo quando a condição de historicidade do livro em questão é atribuída por uma classificação tradicional, ao que nos indica certa troça satírica no que se refere a essa varonil cientificidade não advir doutro canto senão de arbitrária taxonomia. Indiretamente, diz-se que o ser livro de história não equivale à conquista da Verdade, mas a uma paupérrima delegação canônica, que, se humana como todas, tanto o será facultativa quanto ambígua no juízo, desde sempre. A isso chama-se “História”, imagine. 2) O tema da conversa, assim como a conclusão atingida através dela, é a relativização da Verdade enquanto saldo historiográfico, tal quais as relativizações pós-modernas acerca da capacidade histórica sobre a dimensão factual de seu objeto, aniquilado este à apreensão integral pela sua própria condição pretérita e lacunar – inevitáveis ambas.

Também se discute essa relativização em tons de ceticismo quando a instância narrativa, após longa descrição da rotina moura em Lisboa, iniciando seu dia ao brando do “Allahu akbar” do almuadem, nega tais cotidianos detalhes aos historiadores: “Não tem descrito assim o historiador no seu livro, [...] porque certamente, em sua opinião, o miúdo pormenor não interessaria à história”¹⁴⁷. O romance *História do Cerco*, inclusive, é, *per se*, uma alternativa a essa limitação historiográfica, dando voz à “arraia miúda”, normalmente periférica.¹⁴⁸ Corrigi-a, no que pode.

Novamente a instância narrativa reitera ironicamente a cientificidade historiográfica enquanto incompatível com os detalhes, como se a história quando escrita expulsasse a vida como ela é: “Trememos só de imaginar que aquela descrição do amanhecer do almuadem poderia tomar lugar, abusivo, no científico texto do auto, frutos, um e outro, de estudos aturados, de pesquisas profundas, de confrontações minuciosas”¹⁴⁹ Realmente, beira o satírico: “pesquisas profundas” como uma antípoda de detalhes e descrições, minúcias que esclarecem posto que aprofundam. De

¹⁴⁷ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 19.

¹⁴⁸ “O parentesco de Saramago com o genial cronista se desvela igualmente na importância dada à atuação dos humildes nos sucessos históricos” MALEVAL, p. 155.

¹⁴⁹ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 25.

certa forma, é a conformação do científico na superficialidade, irônico no arremate do excerto: “confrontações minuciosas”, das minúcias não lançando mão.

Raimundo também é cético quanto à Verdade da história. Ao revisar, naquele livro de história, o discurso de D. Afonso Henriques para os cruzados sob a esperança de obter seu auxílio nos prélios lisboetas, nosso revisor desconfia: “Não, este discurso não é obra de rei principiante, sem excessiva experiência diplomática [...] Isto não é discurso em que se acredite, mais parece lance shakesperiano [...]”¹⁵⁰. Mais uma vez: o polimento dado aos documentos oficiais vai eivando a realidade da qual pretendem relatar com alguma pompa de oficialidade, o que mais o distancia da Verdade acerca desta realidade do que aproxima-a da verossimilhança. Que verdade é esta, que camufla? Pergunta retórica, mormente eficaz.

Curiosamente, o episódio da Guerra é muito limítrofe na discussão da possibilidade de Verdade via procedimento historiográfico. Já Tolstói não o utilizou ingenuamente.¹⁵¹ Isso porque, no pandemônio bélico, na profusão incomparável e revolta dos tormentos, desencadeando um tumulto de voragem por entre corpos esturricados, combalidos, sulcados na terra após o dramático tombamento, cavalgando penosamente cavalos imprestáveis de faces escaveiradas e fragmentos de ossatura, a comunicação submete-se ao próprio caos dessa conjuntura dramatizada aí detrás: não é comunicação, é ruído. As autoridades civis e militares, problematiza a instância narrativa,¹⁵² deveriam ser dotadas de estridentes órgãos vocais, duma projeção avassaladora, ultrapassando o troar de cavalos e a vibração metálica das espadas cindindo umas sobre as outras, em estampidos e ovações soldadescas algo contraproducentes, para que se fizessem entendíveis. E os ouvintes, claro está, demasiadamente sossegados numa escuta atentíssima, pois só assim reproduziriam, *ipsis litteris*, os mandos superiores, ganhando a Guerra aquela linearidade necessária às abordagens analíticas e sistematizadas, candidatas à Verdade. O tempo e a distância, tais quais. O raio de quilômetros no qual se espraia as tropas seria de fato pequeníssimo, pois os assaltos e prélios, dentro de alguma disposição militar que seja, fazer-se-iam tão rígidos e organizados como o quer a disciplina militar somente nesses curtíssimos espaços e tempos: se abrangente, dissolvida; quanto maior o espaço, maior a dificuldade de comunicação limpa. As facilidades eletrônicas, evidentemente, não estavam a seu serviço, posto que tais confabulações da instância narrativa ganham tom irônico quase ácido, justamente por isso. Fica até compreensível a ação da Providência

¹⁵⁰ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. pp. 48-49.

¹⁵¹ O cenário das guerras napoleônicas na Rússia é mobilizado na mesma intenção, pelo autor russo.

¹⁵² A partir daqui, são problematizações levantadas pelo próprio narrador. SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. pp. 220-21.

nesses tempos de outrora, de milagres tão fáceis e correntes. O golpe, após o tom satírico daí detrás, não só é dado à Verdade histórica como também à Providência:

Assim definitivamente ficará a saber-se que não ressoaram sobre os vales ecos do debate nem de monte em monte saltaram, os céus não se comoveram, não tremeu a terra, o rio não tornou atrás, é que realmente a tanto não puderam alcançar até hoje as palavras dos homens, mesmo sendo de ameaça e guerras como estas, a contrário do que imaginávamos por ingênua confiança nas exagerações dos épicos.¹⁵³

E a arbitrariedade na confecção dos documentos, que confabulam e parlamentam o que fica e o que sai de seus relatos? É bem verdade que, no romance saramaguiano, é caso do arcebispo de Braga ordenar a um escrivão, Frei Rogeiro chamado, que não ponha palavras do mouro na sua escrita não, por favor. Diga lá, isto sim, que foram ao encontro de el-rei a sacar espadas aos raios do sol que as faziam brilhar em luminescência vibrante, agremiada ovação estrugindo aos ares, que começa-se a batalha finalmente, “isto sim, podeis escrever”¹⁵⁴.

Em síntese: em *História do Cerco de Lisboa* temos uma enfática relativização da pretensão à Verdade que a história tradicional almeja. A instância narrativa saramaguiana está disposta, enfaticamente, a problematizar, ironizando por vezes no tom satírico dum cético tacanho, tanto as possibilidades teóricas de se trazer a Verdade à tona através da narrativa historiográfica; como, simultaneamente, reelabora a própria história, nesse caso o Cerco de 1147, vivificando em prosa suas limitações e arbitrariedades congênicas. Faz isso, como não poderia deixar de ser, articulando documentação.

É de importância elementar a documentação, como destaca Maleval acerca de Fernão Lopes.

Também é útil para esse momento de agora, pois nela já vemos alguma relativização da ortodoxia.

As fontes primárias são discutidas pela própria instância narrativa, quando Raimundo decide escrever outra *História do Cerco*. Explicitamente cita Osberno – *De Expugnatione Lyxbonensi* –, assim como uma certa narração do *Indiculum Foundationis Monasterii Sancti Vincentii* e a *Crônica dos Cinco Reis de Portugal*, também com desconfiança cética:

[...] mas não senhor, não está nada explicado, pois que, por exemplo, na *Crônica dos Cinco Reis de Portugal*, que certamente teve suas razões para dizer o que apenas diz, às vezes tira, às vezes acrescenta, não se mencionam, de estrangeiros importantes, outros que *Guilhão da Longa*

¹⁵³ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 221.

¹⁵⁴ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 229.

Seta, Gil do Rolim, e mais um *Dom Gil* de que ficou registrado o apelido, repare-se que não está nenhum dos mencionados na História do Cerco de Lisboa, tributária da suposta osbérnica fonte [...]¹⁵⁵.

Num bastante esclarecedor trabalho sobre nosso romance, apresentado para a aquisição de título de Mestre para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2015¹⁵⁶, Iarima Nunes Redu postula a documentação acerca do Cerco de 1147 e, em específico, a notadamente utilizada – e transgredida – pelo Nobel na montagem da *História do Cerco*. Elenca: o já citado *De Expugnatione Lyxbonensi*, de autoria atribuída a ao cruzado Osberno de Bawdsey; o manuscrito *De expugnatione Scalabis*, por um monge do Mosteiro de Santa Cruz; a já citada *Crônica dos Cinco reis de Portugal*, presente no Códice 886 da Biblioteca Municipal do Porto; a *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rey de Portugal*, texto seiscentista redigido por Duarte Galvão; a *Crônica de Dom Affonso Henriques*, do frei António Brandão, setecentista; e o célebre trabalho de Alexandre Herculano: *História de Portugal*, do XIX.

Dessa congérie documental, tem-se o *Cerco*, no que se pode.

A articulação direta desses documentos, quando citados explicitamente, ou indireta, quando usados como baliza na construção de episódios narrativos porém históricos, ocorre por intermédio da *função construtiva* da instância narrativa, de um lado (o dominante), mas também pelo próprio Raimundo, quando decide, após o “Não”, escrever sua própria *História do Cerco de Lisboa*. Nesse caso, em particular, a *função construtiva* duplica-se entre narrador e personagem: conjunta laboração.

Através deles, dos documentos, temos conhecimento da matriz sacra dos milagres ocorridos no entrevero medieval: “Em História do cerco de Lisboa, este primeiro milagre recebido é reconfigurado de maneira bastante irônica.”¹⁵⁷

O milagre em questão diz respeito ao sacrossanto feito de curar a condição malformada das pernas afonsinas, algo atrofiadas, de nascença. Teria o infante recebido o milagre de Santa Maria através de seu aio D. Egas Moniz, remediando assim uma condição que comprometeria o destino célebre e gestante da história portuguesa *à posteriori*:

¹⁵⁵ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 138. Grifos meus.

¹⁵⁶ REDU, Iarina Nunes. *Os muitos cercos de Lisboa: a reconfiguração ficcional do intertexto historiográfico em “História do Cerco de Lisboa”, de José Saramago*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

¹⁵⁷ REDU, Iarina Nunes. op. cit. p. 47.

Eram bons aqueles tempos, quando, para receber satisfação, não tínhamos mais que pedir com as palavras apropriadas, mesmo em casos difíceis, por assim dizer já desenganado o paciente e sem esperança de remédio. Exemplo disto é este mesmo rei, que, tendo nascido de pernas encolhidas, ou atrofiadas, no falar de agora, foi extraordinariamente curado, sem que médico algum lhe tivesse posto a mão em cima, e se puseram não lhe adiantou.¹⁵⁸

Pelo visto Deus, mais uma vez, é português, mesmo Portugal ainda não havendo para certas divinas nacionalidades.

Essa postura acerca dos milagres, que iremos reiterar no dito cujo em Ourique, que segue a mesma proposta desarticuladora, é também uma forma de satirizar ironicamente os postulados de Verdade às narrativas que se querem assim.

Ora, a Verdade, nesse sentido, não poderia pertencer à seara do fantástico, do maravilhoso, do teleológico. Tem-se para esta instância narrativa, ao passo do próprio ceticismo ateu de Saramago, o mundo real tal qual suas contingências materiais, seus mecanismos mundanos e terrenos de atuação sobre o homem e sobre a história por ele feita. Em outras palavras: os desígnios da Providência, a atuação de Deus sobre os percalços históricos, seria, no fim, uma incompatibilidade lógica à realidade: ceticismo, puro e simples.

Com isso, a "dessacralização" de episódios medievais tais como esse do Milagre de Carquere coincide diretamente com a desconfiança acerca da Verdade nessas narrativas, sim senhor. Daí que a ironia do narrador incida tão demasiadamente sobre a Igreja Católica, fundamental esta na história portuguesa.¹⁵⁹ Aliás, reiterando nossa proposta de que a forma do texto saramaguado funciona como engodo e potencializador de suas intenções iconoclastas, Redu ratifica que esse tipo de instância narrativa estabelece, na mesma medida que enfatiza, o distanciamento temporal entre o tempo narrado e o tempo de narrar, instâncias de temporalidade cuja discrepância permite amplo discorrimento crítico: assim o é sobre a dessacralização dos milagres.¹⁶⁰ Essa ênfase no tempo de D. Afonso e no tempo da narração – um *locus* enunciativo de eternidade, não cronológico, como o tempo da morte –, é perpassada por ironia e ceticismo.¹⁶¹

¹⁵⁸ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 20.

¹⁵⁹ Ver capítulo 2.1 deste trabalho: a fé cristã como fator identitário e de coesão interna a uma proposta militar cruzadista e, daí, a participação desses no Cerco.

¹⁶⁰ “Depois de narrar o aparecimento de santa a D. Egas Moniz em sonho, sua viagem ao local descrito e o achado do templo, o milagre de ter o infante ficado sano é contemplado com certo ceticismo pela instância narrativa, que enfatiza mais uma vez o distanciamento temporal entre o tempo da narrativa e o tempo da narração.” REDU, Iarina Nudes. op. cit. p. 47.

¹⁶¹ REDU, Iarina Nudes. op. cit. p. 48.

É assim que Saramago, neste romance, apropria-se de textos medievais e os relativiza: uma apropriação via transgressão. Na reconfiguração romanesca do milagre, o narrador quebra a fonte (*função construtiva ativa*), de forma digressiva, para comentar – ironizar – seu conteúdo. Na inserção desses comentários digressivos, atinge-se o âmago providencialista que os caracteriza, avilta-se seu *pathos*, atenua-se sua sacralidade congênita pois altera-se a credibilidade de sua narrativa, uma vez que a ironia tem essa finalidade. Banaliza-se o sentido providencial da história, por assim dizer – “esses comentários, que em certa medida atenuam o teor sacro do relato, [...] parecem cumprir também um papel de integração do texto no ritmo do romance em que ele é absorvido.”¹⁶² A intertextualidade efetiva-se, consoantemente, via instância narrativa, incorporando as estruturas documentais – de arranjos formais diversos, mesmo que predominantemente crônicas – num mesmo estilo saramaguiano de se fazer prosa, de se narrar. Também faz isso, ao lado da ironia, através do anacronismo.¹⁶³

Concluamos finalmente esse tópico com mais um excerto, tão ilustrativo que basta-o citar.

Sobre a imprecisão das fontes e a suspeita acerca de sua Verdade, então, mais uma vez:

Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos, dá-se a proliferação das próprias fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que ratificaram, as que tanto lhes fazia, e também as que se proclamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras.¹⁶⁴

3.2.1.2 Iconoclastia: a desconstrução do patriotismo português

É bem verdade que tanto sofre o nacionalismo português – aquele de caráter mais ufanista e que inevitavelmente descamba na xenofobia – quanto são os golpes desferidos em suas figuras pátrias, suas sementes primevas, de ampla gemação. O assalto à Lisboa por D. Afonso Henriques,

¹⁶² REDU, Iarina Nudes. op. cit. p. 50.

¹⁶³ O jogo irônico sobre o próprio anacronismo de sua narrativa, articulando textos de séculos diferentes, é autoconsciente na instância: “É necessário ter grande cuidado no uso das palavras, não as empregando nunca antes da época em que entraram na circulação geral da ideias, sob pena de nos atirarem para cima com imediatas acusações de anacronismo.” SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 308. Ao que reitera Redu: “O anacronismo pode ser, juntamente com a ironia, um índice de dessacralização da narrativa canônica, absorvida e ressignificada em História do cerco de Lisboa.” op. cit. p. 51.

¹⁶⁴ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 136.

entranhado de providencialismos a perder de vista, é de fato sua gênese, com tudo que se tem direito às contas do parto nacional, não cesariano este.

Cremos que os capítulos antecedentes delongam alguma discussão acerca da importância do advento afonsino nesse sentido de vernáculo nascedouro e de sua premência nacional. Tanto a historiografia decimonitória como o regime salazarista vão, diretamente, homenageá-lo nas contas de sua mãe-pátria. A nação nasce ali. Mexer nesses bibelôs nacionais, naqueles eventos cuja importância reside o originar de uma nação, é mexer no patriotismo mais enraizado possível, afinal de contas. Desconstruí-lo, então, nem se fala.

Houve quem o fizesse, não apenas, mas especialmente.

Como?

Ora, cremos que duma forma postulada por nossa opção analítica de abordagem ao texto literário: *a (des)construção em patamares*.

Respeitando uma crescente, a iconoclastia atuante no desmonte de D. Afonso Henriques, no que consiste em sua auréola paladina, ocorre numa gradação, paulatinamente, como a sobrepor blocos de concreto no soerguimento dum grande monolito, dum totem, mas cuja silhueta final é uma caricatura, simulacro de qualquer mistificação. São os patamares dispondo-se, cada qual. Começa com a bandeira, progride para el-rei e, a partir dele, espraia-se em ramificações: sua aparência, seu porte, sua índole, seu caráter, sua civilidade, sua misericórdia. Subindo por cada um deles, chega-se na varanda cuja vista é panorâmica: D. Afonso Henriques, não varonil, mas esturricado, cavaleiro de triste figura, colunata derruída.

Formoso rei, que rei ainda não o era – o título se lhe é atribuído bem depois (supracitado).

Vejamos tais patamares, no texto, que os mostra.

Raimundo Silva analisa o livro de história, mas incomoda-se com as ovações, pois “nesta última página da História do Cerco de Lisboa pode Raimundo Silva encontrar a ardente expressão de um patriotismo fervoroso.” Observemos no texto.

[...] Nódia grave, mas não única, que para todo o sempre ficará manchando a página final da História do Cerco de Lisboa, sobre o demais tão ricamente instrumentada de tubas retumbantes, tão de tambores, tão de retórico arrebato, com as tropas formadas em parada, assim as imaginamos, pés-terra infantes e cavaleiros, assistindo ao arriar do estandarte abominável e ao hastear da insígnia cristã e lusitana, gritando numa só voz Viva Portugal e batendo com as espadas nos escudos, em enérgica algazarra militar, e depois o desfile perante o rei, que está

calcando aos pés, vindicativamente, além do sangue mouro, o crescente muçulmano, segundo erro e supremo disparate, que nunca tal bandeira foi erquida sobre os muros de Lisboa, pois, como o historiador não deveria ignorar, crescente em bandeira foi invenção do império otomano, dois ou três séculos mais tarde.

Conclui enlaçando acerca da utilidade de tais manejos pátrios, bandeiras como insígnias nacionais sotopostas onde não há nem houve jamais:

[...] de tudo isto se podendo concluir que os homens são incapazes de dizer quem são se não puderem alegar que são outra coisa, motivo afinal suficiente, neste caso, para que aí deixemos ficar o episódio das bandeiras, a decaída e a exaltada, mas cientes de que tudo não passa de mentira, útil até certo ponto”.¹⁶⁵

Escolhemos começar a destrinchar o desmonte pátrio de Saramago por esse longo trecho por incidir justamente na elevação simbólica do nacionalismo: a bandeira – primeiro patamar. Ao “útil até certo ponto”, inclusive, completemos nós mesmos, se nos permitem: o ponto é o nacionalismo.

Nesse caso, parte-se da contradição que ímpetus ufanistas perpetraram e projetam na história, ao sabor de seus favoritismos arbitrários: a história nacional é ferramenta de ratificação, postulados que antecedem a compatibilidade histórica que os baliza. Invertem o procedimento, por assim dizer mais uma vez e afinal. O anacronismo torna-se elemento *sine qua non*, como fica por demais evidente no excerto. Não à toa a historiografia decimonitória tanto lançou mão deste recurso, como abordamos mais acima através das análises de Saloma.

Logo, vemos patente que o uso e abuso nacionalistas do episódio do *Cerco* é, dentro do romance saramaguiano, consciente tanto pelo herói como pela instância narrativa. Sabe-se que o patriotismo futuro soerguer-se-á sob um erro, à sua conta.

Aliás, no que concerne à instância narrativa, temos um lugar de fala que, a partir de si, contribui para essa iconoclastia, pois nosso narrador, ao que parece, é português. Sinaliza-o o uso do pronome possessivo, muito despretensiosamente, em certos momentos.¹⁶⁶ Realmente, é pessoal.

Das bandeiras a seus líderes, vamos em frente...

De fato, é D. Afonso Henriques a grande possibilidade de iconoclastia. Não à toa: sabe-se que tal monarca concentra, fruto de longa tradição (historiografias) e abrangente documentação (crônicas medievais), a égide criacional, o emblema lusitano estampado na fronte: é pai, ou

¹⁶⁵ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. pp. 43-44.

¹⁶⁶ [...] nem mais nem menos a primeira fala averiguada do nosso rei fundador [D. Afonso Henriques]” SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. p. 45. Grifos meus.

patriarca, à vista disso. Justamente nele o romance saramaguiano repousa longa desconstrução satírica. Não há golpe mais preciso, pois.

E desfere.

Num primeiríssimo momento, e muito condizente com sua postura algo realista, posto que cética, a instância narrativa se utiliza da crua descrição, sem pompas e mesmo apelativa: vê-se o rei como homem barbado, cheirando a suor dos pés à cabeça, armado sujamente, cujos cavalos “não passam de azêmolas peludas, sem raça, que à batalha vão mais para morrer do que para volteios de alta escola”¹⁶⁷ Nada do paladino retumbante, rompendo a aurora com cavalo branco trotando em imponência sob um chão sulcado pela queda do inimigo, célebre em cada curvilínea da armadura. Sem celebridade, temos um rei sem realeza, demasiadamente humano – e como.

Já estamos no segundo patamar de construção.

Bom, sabe-se que a montagem tal qual descrita acima destoa de completo com as projeções nacionalistas de um monarca fundador. Absolutamente. Um D. Pedro tal qual este Afonso saramaguiano jamais entraria nas explosões multicores de Pedro Américo, naquele margeado Ipiranga do quadro ilustríssimo. Incompatíveis, evidentemente: um romântico, outro desacralizado. Mas são justamente esses contornos lúdicos, esse floreamento, os mecanismos úteis ao soerguimento de figuras nacionais fundadores.

Não é o caso, como se vê, do D. Afonso saramaguiano. Aviltada, paulatinamente, sua celebridade – mundanizada. Mortifica-se. Mas vamos vendo.

Rompe não só na apresentação física, nada semblante, mas também no caráter e naquela que é a habilidade talvez mais fundamental dum monarca de valor: a retórica. É o terceiro patamar. Dessa forma, na oratória do rei, vai-se calcando impropérios pouco valorosos, antípodas dos valores positivos que se queiram a um líder, pois perceberam e criticaram aqueles que ouviam certa rudeza, “além duma censurável avareza que quiçá venha a deitar tudo a perder, houve muita petulância, muito orgulho, parecia mais um arcebispo a falar do que um simples rei que nem título tem direito a usar, pois não lho reconhece o papa [...]”¹⁶⁸.

Vão vendo ainda: não mais, fisicamente, varonil – em sepulto; tampouco, agora, homem de caráter. Mais se parece um déspota que um pátrio fundador batizado pela Providência.

¹⁶⁷ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. p. 151.

¹⁶⁸ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 155.

Nesse caso, destaquemos ainda mais algo que o trecho escracha: a distância temporal da instância narrativa, novamente, permite a criticidade estendida, possibilitando idas e vindas acerca dos títulos régios pós-*Cerco*; assim como é possível perceber uma ironia satírica destilada aos montes – quase a caçoar dum rei que ainda não o era, quando, “por muito favor, três anos antes lhe deu [o papa] o tratamento de dux, e vai com sorte.”

Ainda nem um pouco benevolente (quarto patamar). Ali por meados do assalto aos muros de Lisboa, naquele momento em que se constroem as torres pelas quais serão transpostos os muros da cidade cerceada, brada D. Afonso, num tom mefistofélico, típico da cólera mais intrépida de demoníacas potestades. O narrador se encarrega de literalizar: “quanto às línguas, a intenção de D. Afonso Henriques não é repetir a multiplicidade delas, mas cortar esta pela raiz, tanto no sentido figurado, alegórico, como no próprio e sangrento.”¹⁶⁹ Intermitente sanguinolência, é ela.

Barbarismo, neste último caso, que é também o quinto patamar de construção. É claro que, à época e às necessidades, violência pouca é *Cerco* perdido: a vitória dá-se às vísceras inimigas sob a corte da espada. Correto. Não apelemos para anacrônicos melodramas humanitários, invenção moderna – sorte a nossa. Mas essa consciência é de tal modo realista que expulsa qualquer percepção lúdica do ocorrido, qualquer fabulação de contornos etéreos, providencialistas, pátrios na acepção afetiva desses baluartes nacionais. Ao ignorá-los, ao preço de fria e crua maneira de lidar com a situação, já de antemão tem-se um contraponto ao ufanismo fantasioso. O personagem de D. Afonso Henriques, com isso, ganha tons de mundanidade muito aquém dum heroísmo desbravador, eliminador dos inimigos da fé, bravo homem capaz de soerguer-se contra a mãe e padraсто em prol duma causa portuguesa projetada tão à frente – visionário! Esse bravíssimo homem, aqui, não é rei, nem no título, nem do porte, nem no caráter, nem na diplomacia, nem na benevolência. Um claudicante zumbizado, arrastando uma carcaça terrena e imprecando maldizeres arrogantes, jugulando como uma fera hedionda cujo pacto com o paladino fundador há muito foi renunciado e divorciado do mito, carne, pele e ímpeto – cada qual desconstruído em seu patamar. Não se rompem cornetas, não se estribulam corpos súditos nem se hasteiam bandeiras em prol dum homem assim. Mas assim o foi ele, ao menos aqui, neste romance, neste estrebuchado cadáver de patriotismo aviltado via desconstrução cético-irônica. Tal é o saldo da empreitada saramaguiana.

É para esse simulacro régio que, vejam só, aparece o Cristo nazareno, a prometer-lhe sucesso e longa linhagem: o miraculoso episódio de Ourique.

¹⁶⁹ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 346.

Indiretamente, podemos inferir que o uso do milagre, outra vez, possui funcionalidade política. Ao menos deixa subentendido o narrador, pois à promessa do Crucificado ao afonsino fiel, vê-se que bastava a este mesmo Cristo aparecer também aos mouros, ali do lado, para que se poupassem vidas e vidas na cruelíssima batalha lisboeta: “[...] em vez da cruelíssima batalha poderíamos, hoje, registrar nestes anais a conversão maravilhosa dos cento e cinquenta mil bárbaros que afinal ali perderam a vida, num desperdício de almas de bradar aos céus.”¹⁷⁰ Intui-se, sem muitos medos de exagero e através da irônica instância narrativa, certa má-fé do Cristo crucificado mas ressurrecto, podendo, pelo mesmo miraculoso recurso, evitar tamanho morticínio dobrando à direita ou à esquerda e visitar aqueles mouros avizinados – era quanto bastava. É como se a instância narrativa dissesse: matou, por não evitar aquelas mortes, suficiente tão pouco para tanto.

Ora, esse sadismo divino, além, claro, de interferir diretamente num dos pilares da história nacional-portuguesa – a Igreja Católica e o providencialismo cristão –, estabelece um elo de caráter com o próprio D. Afonso Henriques: violento, grosso, vilipendiado. Ao mesmo tempo, num só golpe, solapa-se qualquer atitude benevolente: tanto o Deus como o fundador pátrio são exímios candidatos aos morticínios sádicos dos genocidas: belo nascedouro português, esse.

No fim desta gradual iconoclastia, também nosso romance em questão arremata com, como não poderia deixar de ser, os próprios portugueses: sexto patamar, que na verdade abre para a próxima função construtiva: o paralelismo – portugueses (cristãos) e mouros.

É mesmo óbvio que também assim proceda: se tudo que forma o caráter de uma nação não foi nada além de fabulação documental (crônicas medievais) e manejos retóricos ao sabor de nacionalismos úteis (historiografia decimonitória), tampouco o povo dessa seara saído poderia ter algum valor além do, repitamos, demasiadamente humano, desirmanado de transcendentes e etéreas virtudes de matriz mitológica: expulsa-se o mito, fica-se o homem, e nada bom.

No próximo, e último – finalmente –, capítulo, afunilaremos o andamento dessa desconstrução patriótica perpetrada por Saramago em *História do Cerco de Lisboa* nos primórdios medievais peninsulares, pois agora são os portugueses, e o método e o paralelismo, porquanto contrapondo-se ao mouro, numa inversão.

A ela.

¹⁷⁰ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 19.

3.2.1.3 Inversão: um barbarismo às avessas

Porque, nesse caso, a questão é preciosa: uma apóstrofe. A aproximação de Saramago ao tipo de foco marginal, isto é, aos agentes históricos normalmente anônimos no cânone historiográfico, sobretudo no XIX, faz-se exatamente neste ponto da narrativa. Isso porque, se, até o momento, sua proposta iconoclasta de desconstrução fez-se sob figuras pátrias (D. Afonso Henriques) e esperançosas abstrações (a Verdade histórica), agora ele procede com o mesmo projeto, mas de incidência marginal: a “arraia-miúda”, povo comum, anônimos da História mas dela constituintes da mesma forma e por que não?

O caso mouro não é exatamente o de protagonismo: segue sendo o (torto) nascimento Português, com seus principais artífices. Mesmo assim, o muçulmano tem função narrativa e alça uma rede de significado por todo o mote do romance: são os cerceados, afinal – lado da balança que dá o norte da trama. Sua função narrativa aqui, constituinte do tálamo, nos fornece sim um saldo reativo àquele antissemitismo tão em voga, de modo preciso, após o colapso da URSS e o 11 de setembro. Desse trazer à tona como ferramenta de inteligibilidade, temos um personagem central, na religião e na trama saramaguiana: o almuadem.

Apresenta-se no romance, logo após o prelúdico colóquio entre o historiador e o revisor, sua rotina religiosa em Lisboa, que “Lisboa” não o era nem para si nem para os seus. Acorda, levanta, prepara-se. Tateia o muro com a marca que sinaliza a direção da sagrada cidade, Meca, correndo a mão lentamente sobre o parapeito circular. É que é cego, o almuadem. Pronto, agora acertou-se. Vocífera, num estampido de largos pulmões, o Allahu akbar, como que saudando, em louvor, o único e eterno deus – Alá nomeado, com os devidos e antigos contatos com o Profeta fundador. Falamos de Maomé, evidentemente.

Na verdade, é o romance que assim procede, ao que tomamos de empréstimo, em paráfrase, o excerto, demasiadamente narrativo e delongado para citarmos *ipsis litteris*. Outras vezes, no decorrer da trama, teremos os holofotes direcionados ao almuadem e seu proceder nos prélios do assalto lisboeta, e isso não é gratuito. Ao destacar a rotina sacra dos muçulmanos em Lisboa, Saramago parece querer contrapor alguma coisa. Não se trata exatamente duma reparação, mas de uma equivalência à sua proposta: para inverter, é preciso de dois lados minimamente delineados, tangíveis em suas silhuetas textuais, via função prosaica – alguma profundidade que se queira na construção. Tanto não há favoritismos simplistas que, inclusive, seu tálamo irônico incide igualmente sobre as crenças muçulmanas, tal como satiriza as cristãs portuguesas: chega a

perguntar, com falsa ingenuidade e surpresa também falsa, como aquelas virgens nos paraísos mouros rapidamente restituem a virgindade quando tão logo a perdem na satisfação dos bons homens tementes e fiéis ao seu Deus Alá.¹⁷¹

O modus operandi saramaguiano, portanto, não vê favoritismos. Vê intencionalidade.

Sabe-se, como enfaticamente tentamos demonstrar no capítulo 2.2 deste trabalho, a longa tradição historiográfica e documental responsável por cunhar o estereótipo bárbaro do muçulmano, precisamente em todo o período de Al-Andalus. A lógica de *Spanie ruinas* da *Continuatio isidoriana hispana*, onde a Conquista muçulmana da Península teria sido o início do cancro nacional, mor responsável pela putrefação do corpo de Espanha. Esse é o discurso catastrofista – fértil, espreado, longo até perder-se de vista pelos séculos sucessores. O século XIX o reelabora, precisamente. Tudo isso já foi dito aqui. Repetimos, que se nos perdoe a ênfase, para melhor alocar Saramago em toda essa seara: o barbarismo é, antes e mesmo sobretudo, português, agora. Trata-se de inversão, outra vereda de sua relativização iconoclasta.

Nesse momento, o romance estabelece os dois pólos: mouro e português. Sua construção, ver-se-á, é via *paralelismo*, ainda segundo a interpretação formalista de construção prosaica. Com isso, podemos categorizar que, no que concerne à inversão, temos uma função construtiva inversamente proporcional: na medida que se destaca os valores muçulmanos, sua civilização, tonifica-se a selvageria cristã daqueles ainda candidatos a portugueses. Paralelamente concebido, inversamente representado, desconsoante à tradição que pôs os lugares fixos de civilização e barbárie em cada qual. Não mais; não aqui.

Novamente, é o texto que nos abriga a concluir tal proposta. Atenção, vamos começar adiantados: “Agora ainda se vive num tempo de fé completa, o almuadem seria o último dos homens se ousasse subir à almádena sem levar o coração puro e as mãos lavadas, e assim fica proclamado inocente da culpa com que carregou a ligeireza imperdoável do revisor.”¹⁷² Ao mesmo tempo, como vimos, trata dos feitos miraculosos de Ourique enquanto mera instrumentalização estratégica ao final objetivo político-territorial.¹⁷³ Ora, vê-se latente os polos: dum lado uma fé mais

¹⁷¹ “Segredo, também prodígio, se não mistério intransponível, é a virtude que elas [virgens] têm de refazer a virgindade tão logo a perdem, pelos vistos suprema bem-aventurança na vida eterna [...]” SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 16.

¹⁷² SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 25.

¹⁷³ “Em História do cerco de Lisboa, o rei utiliza-se de tal evento [milagre de Ourique] como um artifício para convencer os cruzados estrangeiros a ajudar na tentativa de conquista da futura capital portuguesa.” REDU, Iarina Nudes. op. cit. p. 53.

íntegra, apesar de não imune a satíricas ironias, mas, ao que parece, menos politizada ao interesse dos prélios que aquela do Nazareno. Tomem nota.

Outra vez vemos a construção do mouro como portador de certa “civilidade”, isto é, certo relicário de modos e valores na contramão de qualquer barbarismo sotoposto. A instância narrativa manifesta mesmo admiração por eles, quando, por exemplo, tece congratulações aos verdejantes e vivos pomares lisboetas enquanto sua estadia e governo citadino, “manifestação perfeita de que para as hortaliças em geral não há melhores mãos do que as dos mouros”.¹⁷⁴ São detalhes, é certo; mas também neles é que estão as pistas para decifarmos o significado de suas construções e compreendermos sua antípoda paralela, inclusive no plano formal, pois é o narrador saramaguiano quem faz as observações, cheias de valor heurístico com fica por demais evidente. Similarmente, são também mui eruditos esses muçulmanos: “[...] argumentação de gente tão ilustrada como eram, ao tempo, os letrados mouros [...]”.¹⁷⁵ Mais adiante, sobrepõe-os aos doutos da Igreja, num paralelo explícito:

Confrontando as duas falas, pesou a revisor ver como um simples mouro a quem faltavam as luzes da verdadeira fé, se bem que com patente de governador, soube, em prudência e eloquência, librar mais alto seu voo que um arcebispo de Braga, apesar de versado em concílios, bulas e doutrinais.¹⁷⁶

Aliás, fica patente a inversão, além desses exemplos de erudição e conhecimento agora sobre os mouros em detrimentos dos cristãos, quando explicitamente discorre sobre a pouca cultura do povo português ainda por rebentar. Nascendo da ignorância, esses portugueses, adjetiva então: “Claro que os portugueses não são de todo brutos na matéria, afinal possibilidades dependem de meios mais ou menos comuns a toda a gente, mas falta-lhes evidentemente requinte e imaginação, talento para o movimento subtil, jeito para a suspensão sábia, enfim civilização e cultura”.¹⁷⁷ Outra vez, para que a ênfase faça-se ratificação:

[...] acaso terá sobejado dos grosseiros tempos de então, quando mouros e cristãos se igualam nos modos, opinião, aliás, muito controversa, porque não falta quem afirme e intente provar que a vantagem em ivilização a estavam levando os seguidores de Maomé, e que aos outros, cafres rematados, regalados na sua testarrudez, mal começava ainda a coçar-lhes a brotoeja das maneiras”.¹⁷⁸

¹⁷⁴ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 140.

¹⁷⁵ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 224.

¹⁷⁶ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 227.

¹⁷⁷ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 318.

¹⁷⁸ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. pp. 70-71.

Paremos agora com o diletante exemplificar. Ponderemos, é hora.

Percebe-se bem flagrante que, constante e enfaticamente, ora a instância narrativa ora o revisor-personagem, o texto procura desenhar um tipo muçulmano na contramão da tradição catastrofista e decimonitória, ou seja, alguém das selvagerias bárbaras que o contrapunham ao cristão ocidental, civilizado supostamente. Aqui, a civilização, seja na conformação do caráter, seja no cultivo de valores positivos, seja da fibra religiosa, aqui, reiterando, esta civilização passa para o mouro, não impunemente, mas, ainda assim, efetiva na transposição inversa.

Pois é. Realmente temos um enfoque maior para os muçulmanos, mas isso consiste em apenas um dos polos do mecanismo de inversão aqui empregado: não há paralelo de um, afinal. Primeiro, destaca-se que este mouro não é o que se foi dito e propagado: não esbraveja pela boca espumas raivosas, tampouco esconjura maldizeres cabalísticos de ordem inexpugnável aos seguidores de Javé. Feita essa primeira desconstrução, pois, consagra-se o projeto iconoclasta ao aplicar tal selvageria, agora sim, nos mesmos cristãos, sob a égide afonsina e cruzadista, cuja civilização queria aquela velha tradição.

De estrupo em Santarém, “lembrando o que haviam feito eles [soldados afonsinos] e os outros a umas quantas mouras fugidas [...] negro destino, que depois de tomadas por força uma emuitas vezes, as mataram sem dó, como a infiéis que eram.”¹⁷⁹; até outras atrocidades, também em Santarém, “onde por morte atrocíssima até aos velhos roubastes a pouca vida que lhes restava, e às indefesas mulheres degolastes como a cordeiros inocentes, e aos meninos esquartejastes sem que vos derretesse o coração o débil amor.”¹⁸⁰

Avassalando as paragens mouras, vai calcinando a terra, ensanguentadas agora, a força cristã de D. Afonso, convertendo em necrópole a posteriormente sua cidade derruída. Lembremos que essas vitórias foram vontade divina, de milagroso testamento. Se lá foi diretamente Nosso Senhor Jesus Cristo, quando não mandava intercessora imaculada sua mãe, pressupõe-se que consentiu, pois mandatário, no perpetrado morticínio: eis o saldo cognoscível da inversão saramaguiana ao lugares comuns de civilidade cristã e barbarismo muçulmano – uma vontade divina bélica quando não imperialista¹⁸¹. Tanto assim o é que os episódios de visceralidade moura são clara reação lógica, de corpo infringido que naturalmente reage, como que por impulso mesmo: soltam uma chuva de

¹⁷⁹ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 208.

¹⁸⁰ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 225.

¹⁸¹ O tema é reiterado e radicalizado em *O Evangelho*, explicitamente no diálogo entre Deus, Jesus e o Diabo..

virotões com mechas inflamadas justamente no momento que as torres construídas para o assalto dos muros lisboetas aproximam-se.¹⁸² Ação e reação, pura e física lei ecoando nas ações humanas.

O ataque à Lisboa coroa a inversão, pois reveste com cores vibrantes a selvageria portuguesa das tropas afonsinas.

Concluamos então, pois já tombou Lisboa: vence D. Afonso, tanto na história canônica como na reescrita por Raimundo. Não se dispensa o notório desenlace histórico em nenhuma delas. A saber, é mais daquilo que expusemos aqui: a rendição moura não absolve, sem direito à indulgência, pois foram narizes, orelhas e línguas cortadas, num verdadeiro açougue a bradar aos céus indiferentes às misérias humanas. Acuados, concentram-se num recuo os muçulmanos, a clamar pela misericórdia marca registrada do Deus daqueles claudicantes soldados. Não procede: “acabam ali apedrejados e crivados de setas pelos próprios irmãos.”¹⁸³

Segue uma atmosfera de tumba selada, de corpos putrefatos em decomposição, “talvez duma religião ofendida, talvez o insuportável remorso dos atos fratricidas.”¹⁸⁴

É sabido que o *Cerco*, afinal, cerca – a redundância é que não se perdoa. Significa, obviamente, contenção de alimentos: não mais entram e é isto, nada que se leve à boca nem tampouco um maná celeste que lhe venham de ordem superior – vai ver não foram esses mouros tão ímpios ou famintos para merecê-lo como aqueles retirantes e expatriados israelitas. Distribuição negada, a fome é outra forma de abatimento mouro utilizada pelas tropas cristãs e D. Afonso Henriques, muito bem vinda à vitória que se almeja, qual que seja o preço. São tempos de guerra: suspende-se a humanidade com salvo conduto. Mórbida atmosfera para os ritos muçulmanos, é verdade, agora estes fruto da queda derradeira, e não pela disciplina valorosa duma fé fielmente seguida: “Lisboa gemia de miséria, e era uma ironia grotesca e terrível deverem os mouros celebrar o seu ramadão quando a fome tornara o jejum impossível.”¹⁸⁵

O grotesco porte dos portugueses, vê-se, não permite que pensemos outra coisa senão a já suposta hipótese que iniciamos este trabalho carregando às costas: a inversão ocorre, pois, reelaborando uma tradição que dispunha muito rigidamente dos locais antitéticos e algo maniqueístas desses grupos: dum lado, o civilizado, do outro, o bárbaro, não sendo possível outra relação entre eles senão o prélio com destino triunfo do primeiro, claro, pois também foi o destino –

¹⁸² SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 350.

¹⁸³ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 381.

¹⁸⁴ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 382.

¹⁸⁵ SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 383.

outra forma de dizer redenção – da medieval Península ibérica: *Reconquista*. A inversão é uma alternativa, bem-vinda e possível às elaborações literárias, nesse caso a saramaguiana, através dum recurso construtivo útil: um *paralelismo* cujo mote é a inversão de vetores. Foi feito.

Estava, por fim, ganha a batalha. Perdera-se Lisboa, vindo ao chão a tempo de dizer um amém.

Também morre o almuadem.¹⁸⁶

¹⁸⁶ “[...] de um só golpe de espada degolou o velho, em cujos olhos cegos uma luz relampejou no momento de apagar-se-lhe a vida.” SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. op. cit. p. 385.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves, modestas e limitadas linhas deste trabalho não pretendem, de forma alguma, ser definitivas. Pretendemos, isto sim, tecer uma análise cientificamente conduzida sobre um objeto e sua problematização. Tentar, através dele, entrar, pelos recantos mais lóbregos e tumultares da experiência humana no tempo, no espaço, no papel – textos.

Nacionalismos funestos são outra forma de dizer xenofobia, pois o orgulho pátrio, o orgulho para com os grandes despojos contrários a um indivíduo pela partilha territorial, dispensa, de um jeito ou de outro, defesas cujo argumento consiste na arrogância. Não preciso desmerecer Flaubert para qualificar Machado, ambas expressões do realismo na arte de meditar sobre a existência humana. Mas é esse o caminho que toma o orgulho pátrio quando ganha a alcunha de nacionalismo. Dessa forma, tentativas de contestação a essas posturas não equivalem, cremos, a converter-se em apátrida; e José de Souza Saramago segue sendo um escritor português, apesar de criticar ferrenhamente os princípios basilares desta nacionalidade. Foi na compreensão deste processo que este trabalho de conclusão de curso se dispôs.

Em Portugal, tanto se foi na contramão dessa consciência exposta aí atrás! A Península Ibérica, perpassada por uma presença islâmica congênita e de marca inegável, tatuando no rosto da hispânica terra uma insígnia eterna enquanto terra existir para chamar-se Lusitania, permitiu uma longa tradição de maldizeres, aviltamentos e desvirtuações sobre Al-Andalus, tão sua quanto todo o resto cristão de sua história. Um caso estreito, pontual, mas que justamente por isso alça-se alcançável aos feitos dum trabalho tão modesto quanto este, é o *Cerco de Lisboa* de 1147, numa formatação tão característica quanto a dada em 1889 por cerco Nobel, contrário.

Acreditamos ter sido o romance *História do Cerco de Lisboa*, posto vivo pelo Nobel José Saramago, nesse mesmo ano de 1889, uma alternativa a tais projetos e heranças nacionalistas, de tendência segregacionista. Através da incorporação de uma longa e nada ingênua tradição pós-moderna, o autor português articula em seu romance toda uma congênere de mecanismo na contramão do ufanismo pífio. Efetiva um projeto transgressor, iconoclasta pois desacralizador de todo um legado resguardado a soerguer miticamente figuras nacionais, marcando assim o germe duma nação louvável e, justamente por isso, de alto escalão. A régua qualitativa traçada entre as culturas que atravessaram a Península Ibérica medieval serviu grandiloquentemente à islamofobia, patente no XX e remanescente no XXI, que fazer. A proposta de Saramago de, por via literária,

desarticular os bibelôs dessa nacionalidade, trazendo à tona uma face escaveirada do Império Português desde seus primórdios, comprova-se útil no combate aos prélios sotopostos a esses nacionalismos.

Executamos, pois, a análise do romance. Vimos suas partes, sua trama, seu argumento, seu método laboral. Incidimos sobre ele por uma lente conceitual flagrantemente escancarada: as ferramentas fornecidas pelos formalistas russos. Sua concepção acerca de arte enquanto um sistema fechado, uma estrutura sob a qual atuam mecanismo intrínsecos a ela própria, um mundo não mimético mas *especificado* – *fato literário*, pois – permitiu que víssemos um *Cerco* único em suas regras e formatações, sistemas e construções, funções e motivações.

Tentamos reelaborar a tradição responsável pelos estereótipos à conta do islã, cujo barbarismo foi injustamente cimentado mas, no que concerne aos saldos do romance, ironicamente sublevado, redefinido.

Ali, naquela fundação primordial da nacionalidade portuguesa, sob as nuances de uma delongada documentação a lhe pôr nas costas elementos míticos, atua o romance saramaguiano numa relativização, cuja proposta, longa e enfaticamente reiterada neste trabalho, contrapõe-a. Seja pela citada relativização, através dum ácido ceticismo irônico quanto à possibilidade da Verdade à história; seja pela desconstrução do pátrio patriarca da nação portuguesa, D. Afonso Henriques; seja pela inversão dos papéis canônicos de civilidade e barbarismo, cada qual atribuído aos portugueses e aos inimigos da fé, respectivamente; seja por tudo isso e finalmente, concebemos o projeto literário de Saramago, neste romance, uma forma efetiva de resposta ao nacionalismo ufanista.

Considerados, por fim, malgrado nosso intuito, pura e simplesmente porque somente a leitura da obra seria capaz de verificar, com eficácia, nosso título neste trabalho: A incorporação literária da tradição revisionista pós-moderna referente à presença muçulmana e à fundação da nacionalidade portuguesa no medievo ibérico em *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago. Outrossim, não nos era mesmo possível outra coisa a não ser o que tens aí em mãos: sua conta em risco. E julguem, agora que a leitura foi concluída, se valeu a pena. A nós, o valeu ter escrito.

Mesmo correndo o risco de envolver o leitor numa narrativa consciente de seu objetivo; num mundo de personagens posto que literário – ou mesmo historiográfico e por que não?; interesses e circunstâncias pessoais e subjetivas, inevitáveis a qualquer indivíduo e consequentemente a qualquer análise por esse desferida, mesmo que cientificamente conduzida; por mais que

diversificado, enfim, acreditamos ter sido esse o melhor caminho de exposição dos nossos argumentos, não restando nada senão concluí-los, e preservá-los, e pô-los à prova.

É que ainda não foram escritos tantos *História do Cerco de Lisboa* quantas são as necessidades de decifrá-lo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Fernando Gómez (sel. Org.). *As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALVARES, Claudia. *O 11 de Setembro como mega-acontecimento: um desafio à globalização*. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, n. 5/6, 2005. pp. 55-63.

ARISTÓTELES. *Poética*. Ed. Bilingue. - São Paulo: Editora 34, 2017.

AUERBACH, Erich. *Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental*. - 7ª ed., ver. E ampl. - São Paulo: Perspectiva, 2021.

BERNARDINI, A. F. (2000). *Formalismo russo, uma revisitação*. *Literatura E Sociedade*, 5(5), 30-42. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i5p30-42>

BRITO, Leandro Ribeiro. *Em nome de Deus: A construção do inimigo através do discurso cristão cruzadístico na tomada de Lisboa em 1147* / Leandro Ribeiro Brito ; Carolina Coelho Fortes, orientadora. Niterói, 2018.

BORGES, Marco Oliveira. *Em torno da preparação do Cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques*. *História. Revista da FLUT*. Porto, IV série, vol. 3 – 2013, 123-144; GIMENEZ, José Carlos. *As representações dos Muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147)*. *Revista Diálogos Mediterrânicos* www.dialogosmediterraneos.com.br Número 7 – Dezembro/2014. p. 54.

CASTRO, Marcílio França. *A vertigem do tempo na História do Cerco de Lisboa, de José Saramago*. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, [S.l.], v. 23, n. 32, p. 117-130, dez. 2003. ISSN 2359-0076. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/6711>>. Acesso em: 10 jun. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2359-0076.23.32.117-130>.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 414 p.

GIMENEZ, José Carlos. *As representações dos Muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147)*. *Revista Diálogos Mediterrânicos* www.dialogosmediterraneos.com.br Número 7 – Dezembro/2014.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. - 1 ed. - Rio de Janeiro: J. O, 2021.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*. - Edição especial - São Paulo: Martin Claret, 2014.

LOPES, João Marques. *Saramago: biografia*. São Paulo: Leya, 2010. pp. 69-118.

LAY, Stephen. *Escribiendo la Reconquista: la consolidación de la memoria histórica en el Portugal del siglo XII*. Studia Historica, Historia Medieval, vol. 29, 2011, pp. 121-143. Universidade de Salamanca – Salamanca, España.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *A idade média revis(it)ada. História(s) do Cerco de Lisboa*. IPOTESI, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 153-161, jan./jun. 2011. pp. 153-161.

_____. *História(s) do cerco de Lisboa: Saramago e os cronistas*. Boletim Galego de Literatura, nº 28 / 2º semestre (2002). pp. 153-163.

OSBERNO. *A CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS Relato de um Cruzado*. Coleção: Obras Clássicas da Literatura Portuguesa Coordenação Editorial da Coleção: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas Vega, I. • edição em 2001. 205 p.

PAGNAN, Celso Leopoldo. *Estruturalismo e Narrativa*. UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ, Londrina, vol. 8, n. 1, pp. 65-74, junho, 2007. <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2007v8n1p%25p>

RAMOS, Rui; SOUSA, B. V; MONTEIRO, Nuno (Orgs). *História de Portugal*. 1ª edição. Lisboa – Portugal: A Esfera dos Livros, 2009. pp. 17-77.

REDU, Iarina Nunes. *Os muitos cercos de Lisboa: a reconfiguração ficcional do intertexto historiográfico em “História do Cerco de Lisboa”, de José Saramago*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

SANJUÁN, Alejandro García. *La conquista islamica em la pensínsula ibérica e la tergiversación del pasado*. (Estudios.) Madrid: Marcial Pons, 2013. 496 p.

SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *O homem duplicado*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Levantado do Chão*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Jangada de Pedra*. - 2ª ed. - São Paulo Companhia das Letras, 2017.

_____. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Memorial do Convento*. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *As intermitências da Morte* - 2ª ed. - São Paulo Companhia das Letras, 2017.

SALOMA, Martín F. R. *La Reconquista: una construcción historiográfica. (siglos XVI-XIX)*. - México: UNAM, Instituto de Investigaciones históricas; Madri; Marcial Pons Histórica, 2011. 351 p.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. - São Paulo: Perspectiva, 2013. 202 p.

TODOROV, Tzvetan (org). *Teoria da literatura textos dos formalistas russos*. São Paulo Editora UNESP, 2014.

TOLSTOI, Liev. *Guerra e Paz*. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VEREZA, Renata. *Reconquista: conceito polissêmico*. In: Encontro de História Militar Antiga e Medieval (1 : 2011: Rio de Janeiro, RJ) Anais do 1º Encontro de História Militar Antiga e Medieval, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 21 de nov. 2011. / Organizado por: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa; Márcio Felipe Almeida da Silva e Vanessa Ferreira de Sá Codeço. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2011. Pp. 40-53.

VIERIA, Anco Márcio Tenório. *Mistérios e costumes em um romance-folhetim: a emparedada da Rua Nova, de Carneiro Vilela*. In: VILELA, Carneiro. *A emparedada da Rua Nova*. - 5. ed. - Recife: Cepe, 2013.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. - 2ª ed. 1ª reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.